Universidade Técnica de Moçambique
Faculdade de Ciências Económicas e Sociais
Doutoramento em Paz, Democracia, Movimentos Sociais e Desenvolvimento Humano

Reintegração Social das Populações Deslocadas pelos Conflitos em Cabo Delgado: Contribuição dos Acadêmicos Moçambicanos (2017 – 2024)

Bernardino Rafael

Tese apresentada ao Curso de Doutorado em Paz, Democracia, Movimentos Sociais e Desenvolvimento Humano a aplicados da Universidade Técnica de Moçambique, como requisito parcial à obtenção de Título de Doutor e Paz, Democracia, Movimentos Sociais e Desenvolvimento Humano.

Supervisor: PHD. Lucas Bussotti

Maputo, Julho 2026

Reintegração Social das Populações Deslocadas pelos Conflitos em Cabo Delgado: Contribuição dos Acadêmicos Moçambicanos (2017 – 2024)

Bernardino Rafael

Tese apresentada ao Curso de Doutorado em Paz, Democracia, Movimentos Sociais e Desenvolvimento Humano a aplicados da Universidade Técnica de Moçambique, como requisito parcial à obtenção de Título de Doutor e Paz, Democracia, Movimentos Sociais e Desenvolvimento Humano.

Supervisor: PHD. Lucas Bussotti

Maputo, Julho 2026

Reintegração Social das Populações Deslocadas pelos Conflitos em Cabo Delgado: Contribuição dos Acadêmicos Moçambicanos
(2017 – 2024)

Bernardino Rafael

Tese apresentada ao Curso de Doutorado em Paz, Democracia, Movimentos Sociais e Desenvolvimento Humano a aplicados da Universidade Técnica de Moçambique, como requisito parcial à obtenção de Título de Doutor e Paz, Democracia, Movimentos Sociais e Desenvolvimento Humano.

Tutor:

Co–Tutor:

Maputo, Julho 2026

Júri:

Presidente	O Tutor	O Arguente	Data
_____	_____	_____	___/___/_____

ÍNDICE

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS VIII
DECLARAÇÃO DE HONRA IX
DEDICATÓRIA X
AGRADECIMENTOS XI
EPÍGRAFE XII
RESUMO XIII
ABSTRACT XIV
CAPÍTULO I: INTRODUÇÃO 15
1.1 Contextualização 15
1.2 Problematização 21
1.2.1 Pergunta de Pesquisa 22
1.2.2 Hipótese 22
1.3 Justificativa 22
1.4 Objectivos 23
1.4.1 Geral 23
1.4.2 Específicos 23
CAPÍTULO II: REVISÃO DA LITERATURA 24
2.1 Fundamentação Teórica da Reintegração Social 25
2.1.1 Evolução Conceptual do Deslocamento Forçado e da Reintegração 26
2.1.2 Teorias Clássicas e Contemporâneas da Reintegração Social 27
2.1.3 O Conceito de Paz Positiva e suas Implicações para a Reintegração 28
2.1.4 Modelos de Reintegração: Abordagens Comparadas 29
2.1.5 Dimensões Psicossociais e Culturais da Reintegração 30
2.2 O Papel das Universidades em Contextos Pós-Conflito 31
2.2.1 A Universidade como Instituição Socialmente Comprometida 31
2.2.2 Universidades Africanas e Construção da Paz 32
2.2.3 Investigação Aplicada e Produção de Conhecimento Localmente Relevante 33
2.2.4 Extensão Universitária e Intervenção Comunitária 34
2.2.5 Formação Académica e Desenvolvimento de Competências 36
2.2.6 A Universidade como Espaço de Diálogo e Mediação 36
2.3 Desafios e Limitações da Reintegração Social em Cabo Delgado 37
2.3.1 Contexto Histórico e Estrutural do Conflito 38

2.3.2 Desafios Materiais e Logísticos da Reintegração 39
2.3.3 Desafios Psicossociais e Culturais 39
2.3.4 Fragilidades das Políticas Públicas de Reintegração 40
2.3.5 Articulação entre Universidade e Políticas Públicas 41
2.4 A Lacuna na Literatura Sobre o Papel da Academia Moçambicana 41
2.4.1 Invisibilidade Sistémica das Contribuições Académicas 42
2.4.2 Ausência de Avaliação Sistemática de Impacto 42
2.4.3 Subvalorização do Conhecimento Local e Endógeno 43
2.4.4 Necessidade de Estudos Longitudinais e Comparativos 44
CAPÍTULO III: METODOLOGIA DA PESQUISA 44
3.1 Abordagem de Investigação 44
3.2 Tipo de Pesquisa 45
3.3 Estratégia de Pesquisa e Triangulação Metodológica 46
3.4 Técnicas e Instrumentos de Recolha de Dados 47
3.4.1 Análise Documental 47
3.4.2 Entrevistas Semiestruturadas 49
3.5 População e Amostra 50
3.6 Procedimentos de Análise dos Dados 52
3.6.1 Primeira Fase: Pré-análise 53
3.6.2 Segunda Fase: Exploração do Material 53
3.6.3 Terceira Fase: Tratamento dos Resultados e Interpretação 54
3.7 Considerações Éticas 54
3.8 Limitações da Pesquisa 56
CAPÍTULO IV: APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS 57
4.1 Corpus Documental Analisado 57
4.2 Resultados da Análise Documental 58
4.2.1 Produção de Conhecimento sobre o Conflito e a Reintegração Social 59
4.2.2 Extensão Universitária e Intervenção Comunitária 60
4.2.3 Formação e Capacitação 61
4.2.4 Participação em Fóruns Públicos e Articulação com Políticas 62
4.3 Resultados das Entrevistas 63
4.3.1 Envolvimento na Crise de Cabo Delgado 63
4.3.2 Acções Concretas de Reintegração Social 64
4.3.3 Desafios e Limitações Enfrentados 65

4.3.4 Impacto Percebido das Ações Académicas 66
4.3.5 Articulação com Políticas Públicas 67
4.3.6 Recomendações dos Participantes 68
CAPÍTULO V: DISCUSSÃO DOS RESULTADOS 69
5.1 Produção de Conhecimento sobre o Conflito e a Reintegração Social 70
5.2 Caracterização da Produção Académica Identificada 70
5.2.1 Convergências e Divergências com a Literatura 71
5.2.2 A Questão da Relevância Social do Conhecimento Produzido 72
5.3 Extensão Universitária e Intervenção Comunitária 73
5.3.1 Caracterização das Iniciativas de Extensão 73
5.3.2 Análise à Luz da Tipologia de Extensão Universitária 74
5.3.3 Escala e Sustentabilidade das Intervenções 75
5.4 Formação e Capacitação como Estratégia de Reintegração 76
5.4.1 Contribuições para o Fortalecimento de Competências Locais 76
5.4.2 Integração de Conteúdos sobre Conflito nos Currículos Académicos 77
5.4.3 Desafios na Formação de Recursos Humanos 78
5.5 Participação em Fóruns Públicos e Influência nas Políticas 78
5.5.1 Evidências de Participação Académica 78
5.5.2 Análise das Barreiras à Influência nas Políticas 79
5.5.3 O Paradoxo da "Extracção de Conhecimento" 80
5.6 Articulação entre Iniciativas Académicas e Políticas Públicas 80
5.6.1 Diagnóstico da Articulação Existente 80
5.6.2 Factores Explicativos da Fraca Articulação 81
5.6.3 Consequências da Desarticulação para a Reintegração 81
5.7 Dimensões Transversais Emergentes da Discussão 82
5.7.1 Assimetrias de Poder no Sistema de Conhecimento 82
5.7.2 Tensão entre Conhecimento Global e Conhecimento Local 82
5.7.3 Implicações para a Teoria da Paz Positiva 83
5.8 Convergências, Divergências e Contribuições Originais do Estudo 83
6 **CONCLUSÃO** 84
7 **RECOMENDAÇÕES** 86
8 SUGESTÕES PARA ESTUDOS FUTUROS 92
9 **BIBLIOGRAFIA** 100

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Distribuição da Amostra por Instituição e Categoria 51
Tabela 2: Caracterização dos Participantes por Instituição, Categoria e Género 52
Tabela 3: Composição do Corpus Documental Analisado 58
Tabela 4: Publicações Académicas sobre Cabo Delgado (2017-2024) 59
Tabela 5: Iniciativas de Formação e Capacitação (2017-2024) 62
Tabela 6: Tipos de Ações de Reintegração Referidas pelos Participantes 64
Tabela 7: Desafios e Limitações Referidos pelos Participantes 66
Tabela 8: Percepções sobre Articulação Academia-Políticas Públicas 68

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados
IOM	Organização Internacional para as Migrações (International Organization for Migration)
OCHA	Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários (Office for the Coordination of Humanitarian Affairs)
INGC	Instituto Nacional de Gestão de Calamidades
UCM	Universidade Católica de Moçambique
UEM	Universidade Eduardo Mondlane
UniLúrio	Universidade Lúrio
UniRovuma	Universidade Rovuma
UP	Universidade Pedagógica de Maputo
OSC	Organização da Sociedade Civil
OI	Organização Internacional
APA	American Psychological Association (estilo de citação)
ONG	Organização Não-Governamental
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância (United Nations Children's Fund)

DECLARAÇÃO DE HONRA

Declaro que este Trabalho de Tese nunca foi apresentado na sua essência para obtenção de qualquer grau académico e ele constitui o resultado da minha pesquisa pessoal. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia final, tendo sido desenvolvido ao longo de um extenso período de estudo e reflexão crítica sobre o tema proposto. Todas as contribuições de outros autores foram claramente identificadas e reconhecidas, respeitando rigorosamente as normas académicas e os princípios éticos da investigação científica.

Declaro ainda que este trabalho não foi apresentado em nenhuma instituição para obtenção de qualquer grau acadêmico.

Maputo, Julho de 2026

Bernardino Rafael

_____

DEDICATÓRIA

A Deus, nosso Criador, fonte inesgotável de sabedoria e força espiritual que iluminou cada passo desta jornada.

À memória eterna dos meus pais, Celestino Momad (Nangomwa) e Salina Nchumali, cujos ensinamentos e amor transcendem o tempo e a distância.

Aos clãs que me viram nascer e crescer Valula Vanagomwa, Vanachilonda Vanamalapende e Vamwanga Vanapadali pela coesão familiar que, através do matrimónio que uniu as suas linhagens, me concedeu a dádiva da vida e da identidade.

À minha esposa, Feleciana Langa, porto seguro nos momentos de tempestade, cuja dedicação silenciosa e incondicional tornou possível este sonho.

Aos meus filhos, tesouros da minha existência, para que esta obra lhes sirva de testemunho de que a perseverança e o conhecimento são as maiores heranças que se pode deixar.

Aos meus primos, General Alberto Chipande e Hortência Chipande, pela mão estendida e pela confiança depositada em mim ao longo de todo este percurso.

E, de modo muito especial, a todos os deslocados de Cabo Delgado mulheres, homens, crianças e idosos cuja coragem silenciosa e resiliência frente à adversidade foram a chama que alimentou cada página desta pesquisa. Que este trabalho seja um humilde tributo à vossa dignidade e um grito pela vossa reintegração plena.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, à minha família, alicerce de toda a minha trajetória. À memória dos meus falecidos pais, Celestino Momad (Nangomwa) e Salina Nchumali, presto a minha eterna gratidão por tudo o que me legaram. Estendo o meu reconhecimento aos membros dos clãs paterno e materno nomeadamente Valula Vanagomwa, Vanachilonda Vanamalapende e Vamwanga Vanapadali cuja união, consubstanciada no casamento que deu origem a Bernardino Rafael "Nangomwa", constitui a base familiar que me sustenta e inspira.

À minha esposa, Feleciana Langa, e aos meus incontornáveis filhos, expresso o meu profundo agradecimento pela paciência, compreensão e incentivo constantes. Igualmente, aos primos General Alberto Chipande e Hortência Chipande, que, mesmo diante das dificuldades, nunca deixaram de me oferecer o devido e necessário apoio moral, o meu muito obrigado.

Aos meus colegas de trabalho e à minha esposa de coração, dirijo um agradecimento especial pela força moral que me proporcionaram ao longo desta jornada, encorajando-me a concluir com êxito o Doutoramento em Paz, Democracia, Movimentos Sociais e Desenvolvimento Humano.

Os meus agradecimentos estendem-se a todos os docentes da Universidade Técnica de Moçambique (UTM), sem exceção, em particular aos do Curso de Doutoramento em Paz, Democracia, Movimentos Sociais e Desenvolvimento Humano, pela sábia transmissão de conhecimentos que tanto contribuíram para a minha formação académica e pessoal.

Por fim, mas não menos importante, agradeço ao meu Supervisor, PhD. Lucas Bussotti, e ao Coordenador, PhD. António Amélia Tembue, pelas valiosas recomendações e orientações sobre as linhas mestras deste trabalho. A todos quantos, direta ou indiretamente, contribuíram para a concretização desta pesquisa e para o meu crescimento, o meu sincero e reconhecido muito obrigado.

EPÍGRAFE

"A paz não é apenas a ausência de guerra, mas a presença da justiça. Não há reintegração onde não há dignidade; não há futuro onde não há memória."

(pensamento de Johan Galtung e da tradição africana Ubuntu)

RESUMO

A presente tese analisa a contribuição dos académicos moçambicanos na reintegração social das populações deslocadas pelo conflito armado em Cabo Delgado, entre 2017 e 2024, ancorando-se nos quadros teóricos da paz positiva (Galtung), da reintegração multidimensional (Zetter, IOM) e do capital social (Bourdieu, Putnam). Mediante uma abordagem qualitativa, com recurso ao estudo de caso, foram analisados 27 documentos institucionais, académicos e governamentais e realizadas 18 entrevistas semiestruturadas com docentes, pesquisadores, gestores universitários e representantes de organizações da sociedade civil e internacionais. Os resultados revelam que a academia moçambicana conseguiu uma integração parcial às necessidades dos deslocados, através da produção de conhecimento contextualmente relevante, da extensão comunitária e da formação de recursos humanos, com exemplos concretos como o projeto de apoio psicossocial da Universidade Lúrio em Metuge, o programa de bolsas da Universidade Rovuma para jovens deslocados e a contribuição da Universidade Católica de Moçambique para a Estratégia Nacional de Reintegração; contudo, evidenciam-se fragilidades estruturais, como escala reduzida, dependência de financiamento externo, descontinuidade e fraca articulação com as políticas públicas, além de uma influência académica limitada e pontual na formulação de políticas devido a barreiras estruturais, culturais e políticas. Conclui-se que, embora a academia possua potencial transformador, a sua contribuição permanece subvalorizada e desarticulada, comprometendo a eficácia e sustentabilidade da reintegração social em Cabo Delgado.

Palavras-chave: Reintegração social; Deslocamento forçado; Cabo Delgado; Académicos moçambicanos; Políticas públicas.

ABSTRACT

This thesis examines the contribution of Mozambican academics to the social reintegration of populations displaced by the armed conflict in Cabo Delgado between 2017 and 2024, grounded in the theoretical frameworks of positive peace (Galtung), multidimensional reintegration (Zetter, IOM), and social capital (Bourdieu, Putnam). Adopting a qualitative approach through a case study, the research analyzed 27 institutional, academic, and governmental documents and conducted 18 semi-structured interviews with faculty members, researchers, university administrators, and representatives of civil society and international organizations. The findings reveal that Mozambican academia achieved partial integration into the needs of the displaced population through the production of contextually relevant knowledge, community outreach, and human resource training, with concrete initiatives such as the psychosocial support project by Lúrio University in Metuge, the scholarship program by Rovuma University for displaced youth, and the contribution of the Catholic University of Mozambique to the National Reintegration Strategy; however, structural weaknesses are evident, including limited scale, dependence on external funding, discontinuity, and weak articulation with public policies, as well as limited and sporadic academic influence on policy formulation due to structural, cultural, and political barriers. It is concluded that, although academia holds transformative potential, its contribution remains undervalued and disconnected, undermining the effectiveness and sustainability of social reintegration in Cabo Delgado.

Keywords: Social reintegration; Forced displacement; Cabo Delgado; Mozambican academics; Public policies.

CAPÍTULO I: INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização

A província de Cabo Delgado, situada no extremo norte da República de Moçambique, constitui um território de profundas marcas históricas, diversidade étnica e relevância estratégica para o país. Limitada a norte pela Tanzânia, a oeste pela província de Niassa e a sul por Nampula, banhada a leste pelo Oceano Índico, Cabo Delgado sempre foi uma região de fronteira e de encontro de culturas. Nela coexistem grupos etnolinguísticos como os Macua, Mwani, Makonde e Kimwane, cada qual com sistemas de autoridade tradicional, práticas religiosas e formas de organização comunitária que resistiram à colonização portuguesa e às transformações pós-independência. Para além da sua riqueza cultural, a província possui vastos recursos naturais, incluindo florestas, recursos marinhos e, mais recentemente, gigantescas reservas de gás natural na bacia do Rovuma, cuja exploração prometeu transformar a economia moçambicana e posicionar o país como um actor relevante no mercado energético global. Este potencial de desenvolvimento, no entanto, contrasta dramaticamente com décadas de marginalização política, exclusão económica e défices crónicos de desenvolvimento humano. Cabo Delgado regista sistematicamente os piores indicadores de saúde, educação e acesso à água potável do país, com taxas de pobreza absoluta que ultrapassam os 70% em vários distritos, segundo dados do Instituto Nacional de Estatística (2020). O sentimento de abandono por parte do Estado, combinado com a percepção de que os mega-projectos de gás beneficiam sobretudo elites externas e empresas multinacionais, criou um caldo de descontentamento social que foi habilmente explorado por grupos insurgentes, tornando a região um epicentro de uma crise humanitária e de segurança sem precedentes na história recente do país.

É neste contexto de contradições profundas que, em outubro de 2017, teve início uma insurgência armada na província, protagonizada por grupos que reivindicam inspiração jihadista e que passaram a ser conhecidos como "Al-Shabaab", embora a sua natureza e os seus vínculos internacionais permaneçam objeto de debate entre os analistas. O que começou como ataques esporádicos a instalações policiais e militares rapidamente se transformou numa campanha de violência generalizada, que se estendeu por vários distritos, incluindo Mocímboa da Praia, Macomia, Muidumbe, Nangade, Palma e Quissanga, entre outros. A insurgência resultou na destruição de infraestruturas públicas e privadas, na perda de meios de

subsistência, num número significativo de mortes, e num deslocamento forçado em larga escala que atingiu proporções alarmantes. O conflito não só devastou o tecido social e económico da província, mas também expôs as fragilidades do Estado moçambicano em termos de capacidade de resposta, de coordenação interinstitucional e de formulação de políticas públicas eficazes para a proteção das populações civis. A resposta governamental, inicialmente centrada numa abordagem securitária e militar, mostrou-se insuficiente para conter o avanço da insurgência e para mitigar o sofrimento das populações afetadas, o que abriu espaço para uma intervenção mais robusta de organizações internacionais e da sociedade civil, incluindo as universidades.

A dimensão da crise humanitária gerada pelo conflito é verdadeiramente colossal. De acordo com os dados do Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA, 2024), o número total de deslocados internos em Moçambique ultrapassava um milhão de pessoas, com cerca de 68% desse total concentrado na província de Cabo Delgado. Estas pessoas perderam não apenas as suas habitações e os seus meios de subsistência, mas também os seus laços comunitários, as suas referências culturais e a sua segurança ontológica, um conceito caro à sociologia de Giddens (1991) e que se refere à confiança que os indivíduos têm na continuidade da sua identidade e na constância dos mundos social e material que os rodeiam. O deslocamento forçado não é, portanto, um fenómeno meramente físico; ele é uma experiência de rutura multidimensional que atinge profundamente a psique, as relações sociais e o sentido de pertença das pessoas. A perda de referências espaciais e temporais, a separação de familiares e amigos, a exposição a violência extrema e a incerteza sobre o futuro geram níveis de stress e sofrimento que não podem ser abordados apenas com a provisão de bens materiais. A complexidade desta crise coloca desafios imensos para a reintegração social, um processo que, como argumenta Zetter (2019), não se limita ao reassentamento físico, mas envolve a reconstrução de identidades, a restauração de redes sociais e a recuperação da dignidade humana.

A reintegração social das populações deslocadas emerge, assim, como um dos maiores desafios pós-conflito a serem enfrentados por Moçambique. A Organização Internacional para as Migrações (IOM, 2023) acrescenta que uma reintegração sustentável exige o acesso a serviços básicos, o exercício de direitos de cidadania, o reconhecimento cultural e a possibilidade de reconstruir relações de pertença e confiança, tanto com as comunidades de acolhimento como com o Estado. No entanto, a realidade observada no terreno revela um

quadro bem mais complexo e desafiador. As políticas de reassentamento adotadas pelo governo moçambicano têm sido predominantemente logísticas e reativas, focadas na construção de infraestruturas e na distribuição de bens, como alimentos e materiais de construção, mas negligenciando as dimensões psicossociais, culturais e relacionais do processo, conforme apontado por Caetano, Lucas e Muquingue (2022). Esta abordagem, embora necessária para a sobrevivência imediata, revela-se insuficiente para a construção de uma paz duradoura, pois não aborda as causas profundas do sofrimento e da exclusão. É neste vazio que a academia moçambicana é chamada a intervir, não apenas para produzir conhecimento que ajude a compreender a crise, mas também para desenvolver intervenções que contribuam para uma reintegração mais humana, mais justa e mais sustentável.

A presente investigação inscreve-se precisamente neste espaço de intervenção e análise, partindo da premissa de que as universidades moçambicanas, enquanto instituições produtoras de conhecimento e socialmente comprometidas, têm um papel fundamental a desempenhar na resposta à crise humanitária em Cabo Delgado. A academia não é um actor externo à crise; ela é parte integrante do tecido social moçambicano e, como tal, tem a responsabilidade de se posicionar como agente ativo de transformação e não como mero espectador das tragédias que afetam as suas comunidades. Esta responsabilidade é ainda mais premente em contextos como o moçambicano, onde o Estado é frágil, os recursos são escassos e a sociedade civil é ainda incipiente. No entanto, apesar da relevância desta missão, as contribuições da academia moçambicana para a reintegração social das populações deslocadas permanecem, em grande medida, invisíveis, fragmentadas e desarticuladas das políticas públicas. Esta invisibilidade não significa que tais contribuições sejam inexistentes, mas sim que elas não são sistematicamente documentadas, analisadas e avaliadas, permanecendo largamente desconhecidas para a comunidade académica, para os decisores políticos e para a própria sociedade moçambicana. A literatura existente sobre o conflito em Cabo Delgado tem-se concentrado, predominantemente, em análises securitárias, económicas e políticas, como as desenvolvidas por Njelezi (2023) e Pereira (2020), deixando uma lacuna significativa quanto ao papel específico das universidades e dos académicos nos processos de reintegração social.

Esta lacuna é tanto mais grave quanto a reintegração social é um processo de longo prazo que exige conhecimento localmente enraizado, sensibilidade cultural e capacidade de articulação entre diferentes atores e níveis de governo. O conhecimento sobre as dinâmicas sociais, culturais e psicológicas do deslocamento e da reintegração não pode ser importado de

contextos estrangeiros; ele deve ser produzido a partir das realidades locais, pelos académicos que vivem e trabalham em Moçambique e que conhecem as suas especificidades. Esta produção de conhecimento localmente relevante é uma condição indispensável para o desenho de políticas eficazes e para a implementação de intervenções que sejam culturalmente sensíveis e socialmente aceitáveis. No entanto, a produção de conhecimento, por si só, é insuficiente; é necessário que esse conhecimento seja integrado nas políticas públicas e que os académicos sejam reconhecidos como parceiros estratégicos na resposta à crise. Esta articulação entre academia e políticas é, atualmente, o elo mais frágil de toda a cadeia de resposta, e a sua superação constitui um dos desafios centrais que a presente investigação se propõe a analisar.

O estudo abrange o período de 2017 a 2024, desde o início do conflito até à conclusão da coleta de dados, um intervalo de tempo que permite captar a evolução da crise e das respostas a ela, desde os primeiros ataques até à estabilização relativa de algumas áreas e ao início dos processos de reassentamento. Este período é particularmente rico em dados e em dinâmicas, pois testemunhou não apenas a escalada da violência, mas também a emergência de uma resposta humanitária complexa, envolvendo o governo, organizações internacionais, sociedade civil e universidades. A escolha deste período temporal justifica-se, assim, pela necessidade de analisar a contribuição académica ao longo de diferentes fases da crise, desde a emergência inicial até aos primeiros esforços de reintegração. A investigação foi conduzida no âmbito do Doutoramento em Paz, Democracia, Movimentos Sociais e Desenvolvimento Humano da Universidade Técnica de Moçambique, uma formação que proporcionou o quadro teórico e metodológico necessário para abordar a complexidade do fenómeno em estudo. O interesse do investigador pelo tema decorre não apenas da sua relevância académica, mas também de um compromisso pessoal com a construção de uma sociedade moçambicana mais justa e pacífica, onde o conhecimento produzido nas universidades possa ser efectivamente utilizado para melhorar a vida das pessoas.

Para responder à pergunta de pesquisa e alcançar os objetivos propostos, adoptou-se uma abordagem qualitativa, com estratégia de estudo de caso centrado na província de Cabo Delgado. O estudo de caso, conforme definido por Yin (2018), é uma investigação empírica que investiga um fenómeno contemporâneo em profundidade e no seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenómeno e o contexto não são claramente evidentes. A escolha desta estratégia justifica-se pela necessidade de compreender a complexidade do

fenómeno da reintegração social e do papel da academia num contexto específico, rico em particularidades históricas, culturais e políticas. O caso "Cabo Delgado" é exemplar, pois reúne as condições necessárias para o estudo: um conflito prolongado, um deslocamento em larga escala e uma resposta académica diversificada, que inclui iniciativas de investigação, extensão e formação. Foram analisados 27 documentos, incluindo relatórios institucionais das universidades, planos estratégicos, publicações académicas, relatórios de organizações internacionais e documentos governamentais. Esta análise documental foi complementada por 18 entrevistas semiestruturadas realizadas com docentes, pesquisadores, gestores universitários, representantes de organizações da sociedade civil e de organizações internacionais. A combinação da análise documental com as entrevistas permitiu uma triangulação de fontes, que é essencial para garantir a validade e a robustez dos resultados, ao cruzar a visão institucional dos documentos com as percepções e experiências subjetivas dos atores envolvidos. A análise dos dados seguiu os princípios da análise de conteúdo, conforme sistematizada por Bardin (2016), e da análise temática, conforme proposta por Braun e Clarke (2006), permitindo uma identificação sistemática de padrões, temas e categorias.

Os resultados da investigação, que serão detalhados nos capítulos subsequentes, revelam um quadro ambivalente, mas analiticamente claro. Por um lado, a academia moçambicana conseguiu uma integração parcial, porém substantiva, às necessidades das populações deslocadas, através da produção de conhecimento contextualmente relevante, da extensão comunitária e da formação de recursos humanos. Iniciativas como o projecto de apoio psicossocial da Universidade Lúrio em Metuge, o programa de bolsas da Universidade Rovuma para jovens deslocados, e a contribuição da Universidade Católica de Moçambique para a Estratégia Nacional de Reintegração são exemplos concretos deste engajamento. Por outro lado, a investigação revelou que esta integração é marcada por fragilidades estruturais profundas, incluindo a escala reduzida das intervenções face à magnitude da crise, a fragmentação institucional, a dependência crítica de financiamento externo e a descontinuidade das intervenções após o término dos projectos. No que concerne à influência nas políticas públicas, a conclusão é de que a influência foi limitada e pontual, não sistemática ou institucionalizada, devido a um conjunto de barreiras estruturais, culturais e políticas que dificultam a articulação entre a academia e o governo.

A tese está estruturada em sete capítulos, além desta introdução e das conclusões. O Capítulo I é a introdução, O Capítulo II apresenta a revisão da literatura, que se debruça sobre os

conceitos de deslocamento forçado, reintegração social, paz positiva e o papel das universidades em contextos pós-conflito, com especial ênfase nas particularidades das universidades africanas e moçambicanas. O Capítulo III descreve a metodologia da pesquisa, detalhando a abordagem qualitativa, o estudo de caso, as técnicas de recolha de dados e os procedimentos de análise. O Capítulo IV expõe os resultados, organizados de acordo com as categorias analíticas definidas, apresentando os dados da análise documental e das entrevistas. O Capítulo V discute os resultados, interpretando-os à luz do quadro teórico e identificando convergências e divergências com a literatura. O Capítulo VI apresenta as conclusões, respondendo à pergunta de pesquisa e destacando o contributo científico do estudo. O Capítulo VII é dedicado às recomendações e sugestões para estudos futuros. Seguem-se as referências bibliográficas, elaboradas de acordo com as normas da APA 7ª edição, e os anexos, que incluem a grelha de análise documental, o guião de entrevista e o termo de consentimento informado. Esta estrutura, que segue as normas académicas mais rigorosas, foi concebida para guiar o leitor de forma lógica e coerente através do percurso investigativo.

Ao longo do estudo, manteve-se uma preocupação central: dar visibilidade ao trabalho dos académicos moçambicanos que, no silêncio dos relatórios institucionais e na discrição das acções de extensão, têm contribuído para que milhares de pessoas deslocadas possam reconstruir as suas vidas. A investigação não esconde as fragilidades, os desafios e as contradições, mas também não subestima o potencial transformador da academia quando articulada com as comunidades e com políticas públicas sensíveis ao contexto. É neste equilíbrio entre realismo crítico e esperança fundamentada que a tese se move, na convicção de que o conhecimento produzido no Sul global, a partir das suas próprias realidades, é um recurso indispensável para a construção de uma paz duradoura e inclusiva. O estudo não se limita a diagnosticar o que está mal; ele procura também identificar os caminhos possíveis para a mudança, contribuindo para a construção de uma resposta mais eficaz e humana à crise humanitária em Cabo Delgado. A esperança que anima esta investigação não é ingénua; ela é fundamentada na observação de que, apesar de todas as dificuldades, a academia moçambicana tem demonstrado uma capacidade de resposta que merece ser reconhecida e potenciada. A tese que se segue é, acima de tudo, um tributo a essa capacidade e um convite à reflexão sobre o papel que a academia pode e deve desempenhar na construção de um Moçambique mais justo e pacífico.

1.2 Problematização

O conflito armado em Cabo Delgado, iniciado em 2017, transformou-se num dos maiores desafios humanitários e de segurança de Moçambique. A insurgência, protagonizada por grupos que reivindicam inspiração jihadista, resultou em destruição de infraestruturas, perda de meios de subsistência, mortes e um deslocamento forçado em larga escala. Estima-se que mais de um milhão de pessoas foram deslocadas, e a maioria delas ainda se encontra em condições de grande vulnerabilidade, vivendo em centros de acolhimento ou nas zonas de reassentamento. Embora as respostas humanitárias sejam cruciais para mitigar o impacto imediato do conflito, a reintegração social das populações deslocadas continua a ser um desafio contínuo, não apenas no que se refere ao reassentamento físico, mas também ao resgate da identidade cultural, ao fortalecimento das redes sociais e à restauração do tecido comunitário.

As populações deslocadas enfrentam uma série de desafios nas zonas de reassentamento, como a escassez de serviços básicos, a falta de infraestrutura adequada, o desemprego, a exclusão social e a marginalização. A destruição de bens culturais e a ruptura de laços familiares e comunitários são factores que dificultam a reintegração das famílias, criando um ambiente de fragilidade e incerteza. A integração dos deslocados nas comunidades de acolhimento também apresenta tensões sociais, dado o aumento da pressão sobre recursos já escassos, como saúde, educação e habitação. Assim, as políticas de reassentamento, embora necessárias, nem sempre se mostram eficazes sem uma abordagem abrangente que considere os aspectos sociais, culturais e psicológicos da reintegração.

Neste contexto, a contribuição da academia moçambicana torna-se essencial. As universidades e seus académicos, com sua capacidade de produzir conhecimento, desenvolver projetos de extensão comunitária e oferecer formação especializada, podem desempenhar um papel decisivo no processo de reintegração. Contudo, as iniciativas académicas existentes são muitas vezes fragmentadas e carecem de uma abordagem integrada, articulada com as políticas públicas de reintegração. Há uma lacuna de sistematização desses esforços e, por consequência, uma subvalorização do potencial transformador da academia nesse processo.

1.2.1 Pergunta de Pesquisa

Como a academia moçambicana enquanto sistema, assim como os académicos na sua singularidade, conseguiram integrar as suas iniciativas de pesquisa, ensino e extensão às necessidades locais, com ênfase especial para os deslocados de guerra em Cabo Delgado, influenciando as políticas públicas de reintegração?

1.2.2 Hipótese

A contribuição dos académicos moçambicanos nesse processo de reintegração social tem-se mostrado fundamental, mas ainda subvalorizada, especialmente no que diz respeito à articulação das iniciativas acadêmicas com as políticas públicas.

1.3 Justificativa

A crise humanitária provocada pelo conflito em Cabo Delgado, que teve início em 2017, tem exposto as fragilidades do sistema de resposta do Estado moçambicano, das organizações internacionais e da sociedade civil. A deslocação forçada de mais de um milhão de pessoas não se limita à perda de habitação ou meios de subsistência, mas resulta também na ruptura dos vínculos familiares e comunitários, na destruição de identidades culturais e na marginalização social. Neste cenário, a reintegração social das populações deslocadas, particularmente aquelas que se encontram em zonas de reassentamento, torna-se um desafio multifacetado que vai além da assistência humanitária emergencial. A necessidade de reconstituir laços sociais, promover a inclusão económica e restaurar a dignidade das pessoas afetadas pela crise é uma tarefa complexa que exige uma abordagem integrada e de longo prazo.

A contribuição dos académicos moçambicanos nesse processo de reintegração social tem se mostrado fundamental, mas ainda subvalorizada, especialmente no que diz respeito à articulação das iniciativas acadêmicas com as políticas públicas. As universidades, como agentes formadores de conhecimento e reflexão, possuem um papel central não apenas na produção científica, mas também na promoção de ações de extensão universitária, no apoio psicossocial e na mediação comunitária. No entanto, a maioria dessas iniciativas ocorre de forma dispersa, sem a devida sistematização e integração com estratégias nacionais de reintegração.

Este estudo justifica-se por várias razões:

I Relevância científica – a literatura existente sobre o conflito em Cabo Delgado tem focado predominantemente nas dimensões securitárias, económicas e políticas da crise, deixando de lado as questões sociais, culturais e as experiências das populações deslocadas, sendo que poucos estudos abordam a contribuição das universidades moçambicanas;

II Relevância social – o processo de reintegração social não pode ser eficaz sem a inclusão das populações deslocadas na vida comunitária e sem a restauração da sua cidadania;

III Relevância política – ao investigar o impacto das ações acadêmicas na formulação de políticas de reintegração, este estudo poderá contribuir para a criação de políticas públicas mais informadas, inclusivas e sustentáveis;

IV Relevância prática – a documentação e a análise das ações acadêmicas em Cabo Delgado têm um impacto direto na construção de soluções mais eficazes para a crise;

V Relevância para a formação acadêmica – a investigação sobre o papel das universidades na reintegração social oferece uma oportunidade para o fortalecimento da formação acadêmica, preparando melhor os futuros profissionais para atuar em contextos de crise.

Portanto, a justificativa deste estudo está centrada na necessidade urgente de promover uma reintegração social mais efectiva, sustentada pela colaboração das universidades e na valorização do conhecimento local.

1.4 Objectivos

1.4.1 Geral

Analisar a contribuição dos académicos moçambicanos na reintegração social das populações deslocadas pelo conflito armado em Cabo Delgado, entre 2017 e 2024.

1.4.2 Específicos

1. Identificar os principais estudos, relatórios técnico-científicos e diagnósticos produzidos por académicos moçambicanos sobre o conflito em Cabo Delgado e o processo de reintegração social.

2. Analisar os projectos de extensão universitária e as iniciativas de intervenção comunitária conduzidas pelas universidades moçambicanas junto dos deslocados e das comunidades acolhedoras.
3. Examinar as acções de formação e capacitação desenvolvidas por académicos, com impacto no fortalecimento de competências locais e na promoção da convivência pacífica.
4. Avaliar a participação dos académicos em fóruns públicos, políticas governamentais e redes de colaboração, investigando o seu contributo para o debate social e para a formulação de políticas de reintegração.
5. Analisar a articulação entre as iniciativas académicas e as políticas públicas de reintegração social, verificando como as acções da academia foram integradas nas estratégias nacionais de recuperação e reconstrução social.

CAPÍTULO II: REVISÃO DA LITERATURA

A construção de um edifício científico robusto exige, como condição *sine qua non*, a imersão profunda no estado da arte do conhecimento sobre o fenómeno em estudo. Este exercício não se resume a uma mera compilação de fontes, mas constitui um processo crítico de mapeamento, síntese e problematização das perspetivas teóricas e evidências empíricas que circunscrevem o objeto de estudo. Neste âmbito, o presente capítulo tem por objetivo construir o alicerce teórico-conceptual que sustentará a análise sobre a reintegração social das populações deslocadas pelo conflito armado em Cabo Delgado e o papel da academia moçambicana nesse processo. A revisão aqui empreendida organiza-se em torno de três eixos estruturantes. O primeiro eixo dedica-se à compreensão do fenómeno do deslocamento forçado, evoluindo da sua definição clássica para uma abordagem multidimensional que privilegia as dimensões psicossociais, culturais e económicas. O segundo eixo centra-se no conceito de reintegração social, analisando os seus modelos teóricos, a relação com a construção da paz positiva e os desafios inerentes à sua implementação em contextos de fragilidade estatal. O terceiro eixo, por sua vez, examina o papel das universidades, particularmente as africanas, enquanto agentes de transformação social em cenários pós-conflito, discutindo as suas funções de produção de conhecimento, extensão universitária e influência nas políticas públicas. Finalmente, procede-se a uma análise crítica da produção académica existente sobre o conflito em Cabo Delgado, com o intuito de identificar a lacuna epistemológica que a presente investigação se propõe a preencher.

2.1 Fundamentação Teórica da Reintegração Social

A construção de um quadro teórico consistente para análise da reintegração social das populações deslocadas impõe, como condição epistemológica preliminar, o reconhecimento da natureza multidimensional do fenómeno. O deslocamento forçado não constitui um mero evento disruptivo de natureza espacial, mas sim um processo de rutura que atinge simultaneamente as dimensões económica (perda de meios de subsistência e ativos), social (desagregação de redes comunitárias e familiares), psicológica (trauma, perda de referentes identitários) e cultural (erosão de práticas simbólicas e memórias coletivas). Esta complexidade ontológica exige que a reintegração seja conceptualizada não como um ato pontual de reassentamento físico, mas como um processo longitudinal de reconstrução de capacidades, direitos e pertenças (Zetter, 2019). Conforme argumenta Zetter (2019), a reintegração não se limita ao reassentamento físico, mas envolve a reconstrução de identidades, a restauração de redes sociais e a recuperação da dignidade. A Organização Internacional para as Migrações (IOM, 2023) acrescenta que uma reintegração sustentável exige o acesso a serviços básicos, o exercício de direitos de cidadania, o reconhecimento cultural e a possibilidade de reconstruir relações de pertença e confiança.

A literatura especializada tem demonstrado que intervenções focalizadas exclusivamente na dimensão material tendem a produzir resultados frágeis e reversíveis, na medida em que ignoram as dinâmicas de exclusão simbólica e os défices de reconhecimento que frequentemente persistem mesmo após a reposição de bens e infraestruturas. Esta constatação é particularmente relevante para o contexto de Cabo Delgado, onde as políticas de reassentamento têm sido predominantemente logísticas, focadas na construção de infraestruturas e distribuição de bens, negligenciando as dimensões psicossociais, culturais e relacionais do processo (Caetano, Lucas & Muquingue, 2022). É neste vazio que a academia moçambicana é chamada a intervir, preenchendo as lacunas deixadas por uma abordagem estatal que, embora necessária, se revela insuficiente.

A relevância de uma fundamentação teórica robusta para o presente estudo reside na sua capacidade de fornecer os instrumentos conceptuais necessários para ultrapassar as leituras redutoras que têm predominado na análise da crise de Cabo Delgado. Enquanto a abordagem securitária tende a reduzir o problema a uma questão de ordem pública e os enfoques humanitários tradicionais privilegiam a assistência emergencial, a perspectiva teórica adoptada nesta investigação, ancorada nos contributos de Zetter (2019) e na tradição dos

estudos críticos sobre migração forçada, permite captar as dimensões estruturais e simbólicas da reintegração. Esta opção teórica orienta o olhar do investigador para as tensões entre políticas de reassentamento e experiências vividas pelos deslocados, para as assimetrias de poder entre comunidades acolhedoras e acolhidas, e para o papel potencialmente transformador que instituições como as universidades podem desempenhar neste processo.

2.1.1 Evolução Conceptual do Deslocamento Forçado e da Reintegração

A compreensão académica do fenómeno do deslocamento forçado tem evoluído significativamente nas últimas décadas, afastando-se de perspectivas meramente assistencialistas ou securitárias para abraçar abordagens mais holísticas e centradas nos direitos humanos. Zetter (2019) propõe uma periodização deste percurso conceptual, identificando três fases distintas. A primeira fase, marcada pela ênfase na proteção humanitária de emergência, tratava o deslocado como um sujeito passivo que necessitava de assistência. Esta fase foi crucial para salvar vidas, mas criou uma dependência que se revelou contraproducente a longo prazo. A segunda fase caracterizou-se pelo foco em soluções duradouras, tais como a repatriação voluntária, a integração local e o reassentamento em terceiros países. Embora esta fase tenha introduzido a noção de sustentabilidade, tendia a tratar o deslocamento como um problema a ser "resolvido" através do retorno ao status quo ante, frequentemente ignorando as mudanças profundas que as populações deslocadas haviam sofrido. A terceira fase, emergente, privilegia a resiliência, a autossuficiência e a reintegração sustentável como objetivos centrais, reconhecendo a agência dos deslocados e a necessidade de abordagens de longo prazo que integrem as dimensões económicas, sociais e culturais.

A Organização Internacional para as Migrações (IOM, 2023) define a reintegração sustentável como o processo através do qual os indivíduos ou grupos deslocados readquirem as capacidades económicas, sociais, psicológicas e culturais necessárias para gerir as suas vidas e exercer os seus direitos, em condições de igualdade com as comunidades de acolhimento. Esta definição, adoptada por múltiplas agências humanitárias, enfatiza a natureza processual, multidimensional e contextual da reintegração. A igualdade com as comunidades de acolhimento é um aspeto crucial, pois a reintegração não pode ser alcançada se os deslocados forem mantidos em situações de marginalização ou dependência, perpetuando ciclos de exclusão. A reintegração sustentável, portanto, não é um destino, mas um processo contínuo de adaptação e reconstrução.

2.1.2 Teorias Clássicas e Contemporâneas da Reintegração Social

A literatura sociológica oferece contributos fundamentais para a compreensão da reintegração social. Giddens (1991), na sua teoria da estruturação, argumenta que a vida social é organizada através de rotinas e práticas quotidianas que conferem segurança ontológica aos indivíduos. Esta segurança ontológica é a confiança que os seres humanos têm na continuidade da sua identidade e na constância dos mundos social e material que os rodeiam. O deslocamento forçado, ao romper estas rotinas e dispersar as redes sociais que as sustentam, produz um estado de anomia (Durkheim, 1897/2002), um vazio normativo que compromete a capacidade dos indivíduos para agir de forma coerente e orientada para o futuro. A reconstrução da vida quotidiana é, portanto, um pilar fundamental da reintegração, pois é no quotidiano que as pessoas encontram sentido e estabilidade. Sem a previsibilidade das rotinas, os indivíduos ficam num estado de angústia existencial que dificulta a sua participação social e económica.

Bourdieu (1986) oferece um quadro analítico particularmente fecundo através do conceito de capital social, entendido como o conjunto de recursos reais ou potenciais associados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de conhecimento e reconhecimento mútuos. O capital social é um recurso que permite aos indivíduos aceder a outros recursos, como informação, oportunidades de emprego e apoio emocional. O deslocamento forçado provoca a desagregação deste capital social, na medida em que dispersa as redes familiares, comunitárias e de vizinhança que o sustentam. A reintegração requer, portanto, a reconstituição deste capital social, o que implica a criação de novas redes e a reativação de redes antigas sempre que possível. As universidades, enquanto instituições que podem facilitar a criação de novas redes e a reativação de redes antigas, assumem uma relevância crucial neste processo, funcionando como catalisadoras da reconstrução do tecido social.

Putnam (2000) aprofunda esta análise distinguindo entre capital social de ligação *(bonding),* que reforça os laços dentro de grupos homogéneos, e capital social de ponte *(bridging),* que estabelece conexões entre grupos diferentes. Esta distinção é particularmente útil para analisar as dinâmicas de reintegração em Cabo Delgado. Os deslocados precisam simultaneamente de reconstruir os laços internos às suas comunidades de origem (capital de ligação) para manter a sua identidade cultural e o seu sentido de pertença, e de construir pontes com as comunidades de acolhimento (capital de ponte) para superar a exclusão e a marginalização. A falha na

construção de *bridging* capital pode resultar em segregação e conflito, enquanto a sua ausência pode levar ao isolamento e à exclusão social. A reintegração sustentável depende, portanto, do equilíbrio entre estas duas formas de capital social.

2.1.3 O Conceito de Paz Positiva e suas Implicações para a Reintegração

A contribuição de Johan Galtung (1969, 1998) para os estudos sobre paz e conflito é incontornável. O autor norueguês propõe uma distinção analítica entre paz negativa, definida como a ausência de violência direta ou violência organizada, e paz positiva, entendida como a ausência de violência estrutural e cultural, ou seja, a eliminação das desigualdades e injustiças que geram conflitos latentes. A paz negativa é a cessação das hostilidades, mas não garante a justiça ou a equidade. A paz positiva, por seu turno, implica a construção de estruturas sociais justas e equitativas, onde todos os grupos possam participar na tomada de decisões e beneficiar dos recursos disponíveis.

A violência estrutural, segundo Galtung (1969), manifesta-se quando grupos sociais são impedidos de satisfazer as suas necessidades básicas (sobrevivência, bem-estar, identidade, liberdade) devido à forma como as instituições sociais estão organizadas. No contexto cabo-delgadense, a exclusão económica, a marginalização política e a desigualdade no acesso a recursos e oportunidades constituem formas de violência estrutural que antecedem e alimentam o conflito armado. Cabo Delgado regista sistematicamente os piores indicadores de saúde, educação e acesso à água potável do país, com taxas de pobreza absoluta que ultrapassam os 70% em vários distritos (Instituto Nacional de Estatística, 2020). A riqueza em recursos naturais, como o gás natural, contrasta com a pobreza generalizada da população, gerando percepções de injustiça e exploração que alimentam o descontentamento social. O sentimento de abandono por parte do Estado, combinado com a percepção de que os mega-projectos de gás beneficiam sobretudo elites externas e empresas multinacionais, criou um caldo de descontentamento social que foi habilmente explorado por grupos insurgentes.

Nesta perspetiva, a reintegração social das populações deslocadas não pode limitar-se a restaurar o status quo ante, que já era estruturalmente violento. Pelo contrário, deve contribuir para a transformação das condições que geraram o conflito, promovendo a justiça social, a equidade e a inclusão. A contribuição dos académicos para a reintegração social deve, portanto, ser avaliada não apenas pela sua capacidade de mitigar os efeitos imediatos do deslocamento, mas também pelo seu potencial para promover mudanças estruturais que

eliminem as causas profundas da vulnerabilidade e da exclusão. A reintegração, nesta perspetiva, é um imperativo ético e político de construção de uma sociedade mais justa, e não apenas um problema técnico de gestão de populações.

2.1.4 Modelos de Reintegração: Abordagens Comparadas

A literatura internacional oferece múltiplos modelos de reintegração, com diferentes ênfases e pressupostos. Crisp e Long (2021) propõem uma tipologia que distingue quatro modelos principais. O modelo assistencial, predominante nas fases iniciais da resposta humanitária, centra-se na provisão de bens e serviços essenciais (alimento, abrigo, saúde) como condição para a sobrevivência imediata dos deslocados. Embora necessário, este modelo tende a criar dependência e não aborda as causas estruturais da vulnerabilidade.

O modelo de autossuficiência, promovido por agências como o ACNUR e a IOM, enfatiza a recuperação de meios de subsistência e a geração de rendimento como estratégia para a reintegração sustentável. Este modelo reconhece a agência dos deslocados e investe no desenvolvimento de capacidades, mas pode negligenciar as dimensões psicossociais e culturais do processo, tratando a reintegração como um problema meramente técnico. Em contextos onde os mercados de trabalho estão deprimidos, a promoção da autossuficiência pode gerar frustração e exclusão.

O modelo comunitário, influenciado pela teoria do capital social, privilegia a reconstrução de redes e laços comunitários como condição para a reintegração. Este modelo reconhece que a reintegração é um processo coletivo e não meramente individual, mas pode subestimar as assimetrias de poder e os conflitos intracomunitários, tratando a comunidade como uma entidade homogénea e harmoniosa.

O modelo de direitos, ancorado no direito internacional dos refugiados e no quadro dos direitos humanos, centra-se no acesso a proteção legal, documentação e exercício de cidadania. Este modelo afirma a dignidade inerente dos deslocados e exige responsabilização dos Estados, mas pode ter dificuldades em traduzir princípios legais em resultados práticos em contextos de fragilidade institucional como Moçambique.

No contexto de Cabo Delgado, observa-se uma predominância do modelo assistencial na resposta estatal e internacional, com um tímido avanço para o modelo de autossuficiência. No entanto, as políticas de reassentamento têm sido predominantemente logísticas, focadas na

construção de infraestruturas e distribuição de bens, negligenciando as dimensões psicossociais, culturais e relacionais do processo (Caetano, Lucas & Muquingue, 2022). É neste vazio que a academia moçambicana é chamada a intervir, preenchendo as lacunas deixadas por uma abordagem estatal que, embora necessária, se revela insuficiente.

2.1.5 Dimensões Psicossociais e Culturais da Reintegração

A literatura especializada tem dado crescente atenção às dimensões psicossociais e culturais da reintegração, reconhecendo que o deslocamento forçado não é apenas um evento disruptivo do ponto de vista material, mas uma experiência potencialmente traumática que afecta profundamente a saúde mental e o bem-estar subjetivo dos indivíduos. Summerfield (1999) critica a tendência da psiquiatria ocidental para medicalizar o sofrimento gerado por conflitos, aplicando categorias diagnósticas como o "stress pós-traumático" a contextos onde o sofrimento é uma resposta social e política compreensível. No entanto, o autor reconhece que o trauma, independentemente da sua conceptualização, é uma realidade vivida por muitos deslocados, manifestando-se em sintomas de ansiedade, depressão, hipervigilância e perturbações do sono.

O estigma e a discriminação nas comunidades de acolhimento acrescentam uma camada adicional de sofrimento. Barros (2025) observa que, em algumas comunidades de acolhimento, os deslocados são percecionados como competidores por recursos escassos ou como potenciais ameaças à segurança, o que gera tensões e dificulta a integração social. As mulheres deslocadas são particularmente vulneráveis a formas de violência e exploração, o que introduz dimensões de género e geracionais que devem ser consideradas.

A perda de referentes culturais e identitários é igualmente significativa. Muitos deslocados foram separados de locais, objetos e práticas que ancoravam as suas identidades coletivas, encontrando-se em ambientes onde as suas línguas, costumes e tradições não são reconhecidos ou valorizados. Esta desorientação cultural, combinada com a ruptura de redes sociais, produz um profundo sentimento de desenraizamento que compromete a autoestima e o sentido de pertença. A reintegração cultural envolve, portanto, não apenas o respeito pela diversidade, mas também a criação de espaços onde as identidades culturais possam ser reafirmadas e transmitidas às novas gerações.

2.2 O Papel das Universidades em Contextos Pós-Conflito

O envolvimento das instituições de ensino superior em cenários de crise humanitária e pós-conflito tem sido, nas últimas décadas, objeto de crescente atenção por parte da literatura especializada, ainda que persistam significativas assimetrias regionais na produção de conhecimento sobre esta temática. Enquanto nos contextos europeu e norte-americano se assiste a uma produção robusta sobre a responsabilidade social universitária em situações de emergência, no continente africano e particularmente em Moçambique o debate permanece incipiente e fragmentado. Esta assimetria é paradoxal, precisamente porque as universidades africanas operam em ambientes de vulnerabilidade estrutural, conflitos armados, deslocamento forçado e exclusão social, o que lhes confere uma responsabilidade acrescida de se posicionarem como agentes ativos de transformação e não como meros espectadores das crises que afectam as suas comunidades envolventes. A universidade não é uma instituição neutra ou isolada das dinâmicas sociais que a circundam; as suas escolhas curriculares, as suas agendas de investigação e os seus modelos de extensão refletem opções políticas e éticas que têm impacto direto sobre a vida das populações.

2.2.1 A Universidade como Instituição Socialmente Comprometida

A discussão sobre o papel social das universidades tem uma longa tradição no pensamento educacional. Ortega y Gasset (1930/2005) defendia que a universidade deve cumprir três funções essenciais: transmissão de cultura, ensino de profissões e investigação científica. Newman (1852/1996) acrescentava a formação do carácter e a promoção do debate intelectual. No entanto, tanto um como outro concebiam a universidade como uma instituição relativamente autónoma face às pressões da sociedade imediata, num modelo por vezes descrito como "torre de marfim", onde o conhecimento é produzido e transmitido de forma isolada das preocupações práticas do mundo exterior.

Nas últimas décadas, emergiu uma concepção diferente, que vê a universidade como uma instituição socialmente comprometida, chamada a responder ativamente aos problemas concretos das comunidades em que se insere. Zeleza (2016) situa esta transformação no contexto dos debates sobre a relevância social da educação superior, particularmente intensos em África, onde as universidades herdadas dos períodos colonial e pós-colonial são frequentemente acusadas de elitismo e de desconexão face às realidades locais. A universidade africana pós-colonial herdou estruturas curriculares e epistemológicas do

colonizador, que privilegiavam o conhecimento produzido no Norte Global e relegavam os saberes locais a um estatuto inferior. A transformação da universidade africana numa instituição verdadeiramente comprometida com o desenvolvimento do continente exige, portanto, não apenas uma mudança nas suas práticas de extensão, mas uma descolonização mais profunda do seu currículo e das suas epistemologias.

Para Zeleza (2016), a universidade socialmente comprometida caracteriza-se por três atributos fundamentais: a relevância do conhecimento produzido, a acessibilidade institucional e a responsabilidade perante as comunidades. A relevância do conhecimento implica que a investigação e o ensino devem responder a problemas socialmente significativos, como a pobreza, a doença, o conflito e a exclusão. A acessibilidade institucional significa que a universidade deve incluir grupos historicamente excluídos, como as mulheres, as minorias étnicas e as pessoas de baixa renda, tanto como estudantes como como produtores de conhecimento. A responsabilidade perante as comunidades implica que estas devem participar na definição das agendas de investigação e extensão, numa relação de parceria e não de subordinação. Estes três atributos estão profundamente interligados e são mutuamente constitutivos.

Esta concepção alinha-se com o princípio da "terceira missão" universitária, que complementa as tradicionais missões de ensino e investigação. Patatas e Veremu (2021) definem esta terceira missão como o conjunto de atividades que articulam a universidade com a sociedade, promovendo a troca de saberes e a coprodução de soluções para problemas concretos das comunidades. A extensão universitária, nestes termos, não é uma atividade periférica ou acessória, mas um componente central da identidade institucional. A "terceira missão" exige que a universidade saia dos seus muros e se envolva ativamente com os atores sociais, políticos e económicos para co-construir conhecimento e soluções que sejam relevantes e aplicáveis.

2.2.2 Universidades Africanas e Construção da Paz

A literatura sobre o papel das universidades na construção da paz em contextos africanos tem vindo a consolidar-se, com contribuições significativas de autores como Mamdani, Macamo e Zeleza. Mamdani (2019), analisando as dinâmicas de conflito no continente, argumenta que as universidades têm a responsabilidade de desconstruir as narrativas identitárias que frequentemente alimentam a violência, promovendo uma cidadania inclusiva baseada em

direitos e não em pertenças étnicas ou religiosas. O autor argumenta que a violência étnica não é uma expressão de diferenças culturais atávicas, mas uma construção política que pode ser desafiada e desmantelada através da educação e da produção de conhecimento crítico. A universidade pode e deve desempenhar um papel central na promoção de narrativas alternativas que valorizem a diversidade e a coexistência pacífica.

Macamo (2006), por seu turno, enfatiza o papel da ciência social africana na produção de conhecimento contextualmente relevante para a resolução de problemas concretos. O autor critica a tendência para importar modelos teóricos e metodológicos dos centros hegemónicos do sistema global de ciência, argumentando que estes frequentemente falham na captura das especificidades das realidades africanas. As teorias desenvolvidas em contextos europeus ou norte-americanos não podem ser simplesmente aplicadas a África sem uma cuidadosa adaptação e contextualização. Uma ciência social comprometida com a construção da paz deve, ao invés, partir das experiências e saberes locais, desenvolvendo teorias e métodos que sejam adequados às realidades africanas. Isto não significa rejeitar o conhecimento global, mas sim estabelecer uma relação dialética entre o global e o local, onde o conhecimento local é valorizado e integrado na produção de conhecimento científico.

Estas reflexões são particularmente pertinentes para o caso moçambicano, onde as universidades têm sido chamadas a responder a múltiplos desafios de construção da paz, desde o fim da guerra civil (1992) até à crise atual em Cabo Delgado. Pereira (2020) observa que, apesar da existência de iniciativas relevantes, o contributo das universidades moçambicanas para a paz tem sido subvalorizado, tanto pelo Estado como pelas organizações internacionais. Esta subvalorização resulta, em parte, da invisibilidade sistémica destas contribuições, que são frequentemente ignoradas nos relatórios oficiais e nos debates públicos.

2.2.3 Investigação Aplicada e Produção de Conhecimento Localmente Relevante

A produção de conhecimento científico sobre conflitos e deslocamento forçado constitui uma das principais formas de contribuição académica para a reintegração social. No entanto, a literatura distingue entre diferentes tipos de conhecimento, com implicações diferenciadas para a prática. O conhecimento teórico, associado à produção de modelos e conceitos gerais, tem um valor fundamental para a compreensão dos fenómenos, mas pode ter uma aplicação prática limitada se não for contextualizado. O conhecimento aplicado, por seu turno, é

produzido com vista à resolução de problemas específicos e tende a ser mais diretamente utilizável por decisores políticos e profissionais.

A distinção entre conhecimento teórico e aplicado não deve ser entendida como uma hierarquia de valor. O conhecimento teórico é indispensável para a compreensão dos fenómenos, para a identificação de padrões e para a formulação de hipóteses. O conhecimento aplicado, por sua vez, é essencial para a intervenção prática e para a resolução de problemas concretos. A relação entre os dois tipos de conhecimento deve ser de complementaridade e não de oposição. A produção de conhecimento localmente relevante implica, portanto, um diálogo constante entre a teoria e a prática, entre o conhecimento global e o conhecimento local. Como argumenta Macamo (2006), a ciência social africana deve ser simultaneamente rigorosa e relevante, académica e engajada.

A aplicação prática deste princípio é visível em Cabo Delgado, onde as universidades têm produzido conhecimento contextualmente relevante, como os estudos de Caetano, Lucas e Muquingue (2022) sobre integração socioeconómica, de Barros (2025) sobre os impactos sociais do deslocamento, e de Henriques (2025) sobre a convivência entre deslocados e residentes. Estes estudos, embora valiosos, enfrentam o desafio de serem traduzidos em políticas públicas eficazes, um problema que será analisado em detalhe na secção 2.4.

2.2.4 Extensão Universitária e Intervenção Comunitária

A extensão universitária constitui um dos principais canais através dos quais a academia pode intervir diretamente nos processos de reintegração social. Patatas e Veremu (2021) distinguem três modalidades de extensão: a extensão assistencial, centrada na provisão de serviços às comunidades; a extensão educativa, focada na formação e capacitação; e a extensão participativa, que envolve a coprodução de conhecimento e soluções com as comunidades.

A extensão assistencial, embora importante em contextos de crise humanitária, tende a criar relações assimétricas entre a universidade e as comunidades, com a universidade assumindo o papel de provedora e as comunidades o de beneficiárias passivas. Um participante do estudo observou que "as doações pontuais são necessárias, mas não criam capacidades duradouras", evidenciando a limitação deste modelo.

A extensão educativa, por seu turno, privilegia a transferência de conhecimento da universidade para a comunidade, o que pode não responder adequadamente às necessidades

locais se o conhecimento transmitido for descontextualizado. É o caso de algumas formações que utilizam materiais traduzidos ou adaptados de contextos estrangeiros (Colômbia, Afeganistão), que nem sempre captam as especificidades cabo-delgadenses, como notou um participante da UEM (UEM02).

A extensão participativa, que Patatas e Veremu (2021) consideram a modalidade mais promissora, envolve a construção de parcerias horizontais entre a universidade e as comunidades, em que ambas as partes contribuem com os seus saberes e recursos para a resolução de problemas comuns. Esta abordagem reconhece que as comunidades não são recipientes vazios de conhecimento, mas detêm saberes valiosos que devem ser valorizados e integrados. O programa de mediação comunitária da UniLúrio, que envolveu lideranças locais na identificação de problemas e no desenho das intervenções, aproxima-se deste modelo. Um participante (UL02) descreveu: "Não fomos nós que decidimos o que fazer. Sentámo-nos com os líderes comunitários, ouvimos as suas prioridades, e construímos o programa juntos." Esta abordagem participativa é a que tem maior potencial para gerar resultados sustentáveis e empoderadores.

No contexto de Cabo Delgado, a Universidade Lúrio destaca-se como a instituição com o maior volume documentado de atividades de extensão diretamente orientadas para a reintegração. O relatório institucional da UniLúrio (2023) regista o Projeto de Apoio Psicossocial a Deslocados em Metuge (2020-2022), que envolveu 15 estudantes finalistas de Psicologia em atividades de apoio emocional a 350 famílias deslocadas; o Programa de Mediação Comunitária em Montepuez (2021-2022), que formou 25 mediadores comunitários (incluindo líderes religiosos e tradicionais) para a gestão de conflitos entre deslocados e comunidades acolhedoras; e as Campanhas de Solidariedade e Arrecadação de Bens (2020-2023), que recolheram e distribuíram alimentos, roupa e material escolar. A Universidade Rovuma, por sua vez, implementou o Programa de Bolsas para Jovens Deslocados, que entre 2021 e 2024 atribuiu 45 bolsas de estudo a jovens provenientes de famílias deslocadas, permitindo-lhes o acesso a cursos de licenciatura em Pemba e Nampula. O mesmo relatório regista a realização de oficinas de formação cívica dirigidas a 120 jovens deslocados, abordando temas de cidadania, resolução de conflitos e prevenção de radicalização.

2.2.5 Formação Académica e Desenvolvimento de Competências

A formação de recursos humanos constitui uma função central das universidades, com implicações diretas para a reintegração social. Zeleza (2016) argumenta que as universidades africanas devem formar profissionais com competências técnicas adequadas, mas também com sensibilidade ética e capacidade de resposta a contextos de crise. Esta exigência implica uma reformulação curricular que integre conteúdos relacionados com gestão de conflitos, direitos humanos, mediação comunitária e intervenção humanitária. A formação de profissionais com estas competências é essencial para criar uma massa crítica de especialistas moçambicanos que possam liderar futuras intervenções de reintegração e construção da paz.

Pereira (2020) observa que, embora algumas universidades moçambicanas tenham introduzido tais conteúdos nos seus currículos, estes permanecem frequentemente marginais, sem a profundidade e a ênfase prática necessárias. A maioria dos cursos superiores em Moçambique continua a não incluir conteúdos sobre gestão de crises, reintegração ou construção de paz, mesmo em áreas como Serviço Social, Psicologia ou Ciência Política. Esta lacuna representa uma oportunidade desperdiçada para preparar as futuras gerações de profissionais para responder aos desafios de um país que tem enfrentado múltiplos episódios de conflito e crise humanitária.

Para além da formação inicial, a capacitação contínua de profissionais que já atuam no terreno constitui outra área de intervenção académica. Barros (2025) documenta iniciativas de formação desenvolvidas por universidades moçambicanas junto de professores, agentes de saúde comunitária e lideranças locais, visando o fortalecimento de competências para apoiar a reintegração dos deslocados. Estes programas, embora limitados em escala, demonstram o potencial da academia para contribuir para a capacitação institucional em contextos de crise. A Universidade Pedagógica de Maputo (UP), por exemplo, realizou acções de capacitação de professores em centros de acolhimento, enquanto a Universidade Católica de Moçambique (UCM) contribuiu para a elaboração da Estratégia Nacional de Reintegração Socioeconómica das Vítimas do Terrorismo.

2.2.6 A Universidade como Espaço de Diálogo e Mediação

As universidades podem também desempenhar um papel importante como espaços de diálogo e mediação entre diferentes atores envolvidos na crise. A sua relativa autonomia face a

interesses partidários e económicos, combinada com o seu capital de legitimidade académica, confere-lhes uma posição privilegiada para facilitar a comunicação e a negociação entre grupos em conflito. Mamdani (2019) argumenta que, em contextos de polarização social, as universidades podem funcionar como "espaços seguros" onde narrativas divergentes podem ser discutidas sem violência, e onde podem ser construídos entendimentos partilhados sobre as causas do conflito e os caminhos para a paz. Esta função de mediação, embora frequentemente invisível, é tão importante quanto a produção de conhecimento ou a intervenção comunitária.

No caso de Cabo Delgado, existem exemplos de iniciativas académicas que procuram promover o diálogo intercomunitário e a reconciliação. Henriques (2025) menciona a realização de seminários e conferências promovidas por universidades, reunindo académicos, líderes comunitários, representantes governamentais e organizações da sociedade civil para discutir os desafios da reintegração. A UniLúrio, por exemplo, realizou uma Conferência Internacional sobre Paz e Desenvolvimento em Cabo Delgado (Novembro de 2023), que reuniu académicos, decisores políticos, organizações internacionais e lideranças comunitárias. Estas iniciativas, ainda que pontuais, demonstram o potencial da academia para contribuir para a construção de consensos e a formulação de políticas.

2.3 Desafios e Limitações da Reintegração Social em Cabo Delgado

A reintegração social das populações deslocadas pelo conflito em Cabo Delgado não pode ser compreendida como um processo linear ou isento de obstáculos. Pelo contrário, a literatura especializada e os relatórios humanitários disponíveis apontam para uma constelação de desafios que atravessam múltiplas dimensões materiais, logísticas, psicossociais, culturais e políticas e que, na sua interação, produzem situações de vulnerabilidade prolongada e, em muitos casos, de exclusão estrutural. A identificação e análise sistemática destes desafios constitui um passo analítico indispensável não apenas para a compreensão do fenómeno, mas também para a formulação de respostas mais eficazes por parte do Estado, das organizações humanitárias e, como interessa particularmente ao presente estudo, das instituições académicas.

2.3.1 Contexto Histórico e Estrutural do Conflito

A compreensão dos desafios da reintegração social em Cabo Delgado exige o enquadramento do conflito no seu contexto histórico e estrutural. Njelezi (2023) argumenta que a insurgência iniciada em 2017 não pode ser compreendida como um evento súbito ou isolado, mas como a manifestação de tensões acumuladas ao longo de décadas de exclusão e marginalização. A província de Cabo Delgado, situada no extremo norte da República de Moçambique, constitui um território de profundas marcas históricas, diversidade étnica e relevância estratégica para o país. Limitada a norte pela Tanzânia, a oeste pela província de Niassa e a sul por Nampula, banhada a leste pelo Oceano Índico, Cabo Delgado sempre foi uma região de fronteira e de encontro de culturas. Nela coexistem grupos etnolinguísticos como os Macua, Mwani, Makonde e Kimwane, cada qual com sistemas de autoridade tradicional, práticas religiosas e formas de organização comunitária que resistiram à colonização portuguesa e às transformações pós-independência.

Cabo Delgado é, simultaneamente, uma das províncias mais ricas em recursos naturais de Moçambique (com descobertas significativas de gás natural, rubis e grafite) e uma das mais pobres em indicadores de desenvolvimento humano. Esta contradição entre riqueza potencial e pobreza efetiva tem gerado percepções de injustiça e exploração que alimentam o descontentamento social. Para além da sua riqueza cultural, a província possui vastos recursos naturais, incluindo florestas, recursos marinhos e, mais recentemente, gigantescas reservas de gás natural na bacia do Rovuma, cuja exploração prometeu transformar a economia moçambicana. Contudo, este potencial contrasta com décadas de marginalização política, exclusão económica e défices crónicos de desenvolvimento.

A exploração de recursos naturais, frequentemente conduzida por empresas multinacionais em parceria com o Estado moçambicano, tem sido criticada por gerar benefícios limitados para as populações locais, ao mesmo tempo que produz impactos ambientais e sociais negativos. Pereira (2020) observa que a chegada de investimentos de grande escala à província não foi acompanhada por políticas adequadas de desenvolvimento comunitário e de partilha de benefícios, agravando as tensões pré-existentes. A marginalização política constitui outro fator estrutural relevante. Njelezi (2023) documenta a percepção, generalizada entre líderes comunitários de Cabo Delgado, de que a província tem sido sistematicamente excluída dos benefícios do desenvolvimento nacional, com investimentos concentrados no sul do país. Esta

percepção é corroborada por dados sobre a distribuição geográfica de infraestruturas e serviços públicos.

2.3.2 Desafios Materiais e Logísticos da Reintegração

Os desafios materiais enfrentados pelas populações deslocadas nas zonas de reassentamento são numerosos e complexos. Barros (2025) identifica a escassez de habitação adequada como um dos problemas mais prementes, com muitas famílias a viver em abrigos improvisados, sem condições mínimas de segurança e salubridade. O acesso a serviços básicos, como saúde, educação e água potável, é igualmente limitado. Caetano, Lucas e Muquingue (2022) documentam que muitos centros de acolhimento não dispõem de unidades sanitárias funcionais, obrigando os deslocados a percorrer longas distâncias para aceder a cuidados médicos. A situação é particularmente grave no que diz respeito à educação, com muitas crianças deslocadas fora do sistema escolar durante longos períodos, o que compromete o seu desenvolvimento e perpetua ciclos de pobreza.

A insegurança alimentar constitui outro desafio crítico. O conflito perturbou os ciclos agrícolas e destruiu meios de subsistência, deixando muitas famílias dependentes de assistência alimentar que nem sempre chega com regularidade. A dependência de ajuda externa, combinada com a falta de oportunidades de geração de rendimento, cria situações de vulnerabilidade prolongada que comprometem a reintegração sustentável. O Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA, 2024) estimava que o número total de deslocados internos em Moçambique ultrapassava um milhão, com cerca de 68% concentrados em Cabo Delgado. Estas pessoas perderam não apenas as suas habitações e meios de subsistência, mas também os seus laços comunitários, as suas referências culturais e a sua segurança ontológica.

2.3.3 Desafios Psicossociais e Culturais

Para além dos desafios materiais, as populações deslocadas enfrentam dificuldades psicossociais e culturais significativas. Henriques (2025) documenta a prevalência de sintomas de stress pós-traumático, ansiedade e depressão entre deslocados, particularmente entre aqueles que testemunharam violência extrema ou perderam familiares. O estigma e a discriminação nas comunidades de acolhimento constituem outros problemas relevantes. Barros (2025) observa que, em algumas comunidades de acolhimento, os deslocados são

percecionados como competidores por recursos escassos ou como potenciais ameaças à segurança, o que gera tensões e dificulta a integração social. As mulheres deslocadas são particularmente vulneráveis a formas de violência e exploração, o que introduz dimensões de género e geracionais que devem ser consideradas nas políticas de reintegração.

A perda de referentes culturais e identitários é igualmente significativa. Muitos deslocados foram separados de locais, objetos e práticas que ancoravam as suas identidades coletivas, encontrando-se em ambientes onde as suas línguas, costumes e tradições não são reconhecidos ou valorizados. Esta desorientação cultural, combinada com a ruptura de redes sociais, produz um profundo sentimento de desenraizamento que compromete a autoestima e o sentido de pertença. A reintegração cultural envolve, portanto, não apenas o respeito pela diversidade, mas também a criação de espaços onde as identidades culturais possam ser reafirmadas e transmitidas às novas gerações.

2.3.4 Fragilidades das Políticas Públicas de Reintegração

A literatura revista identifica fragilidades significativas nas políticas públicas de reintegração social adoptadas em Moçambique. Caetano, Lucas e Muquingue (2022) argumentam que estas políticas têm sido predominantemente reativas e centradas na resposta a emergências, sem uma visão estratégica de longo prazo que integre as dimensões materiais, sociais e culturais da reintegração. A coordenação entre os diferentes níveis de governo e entre o Estado e os atores não estatais é apontada como outra fragilidade crítica. Pereira (2020) observa que as iniciativas de reintegração são frequentemente fragmentadas e descoordenadas, resultando em sobreposições, lacunas e desperdício de recursos. A ausência de mecanismos eficazes de monitorização e avaliação compromete a aprendizagem e a melhoria contínua das intervenções.

A limitada participação das comunidades afectadas na concepção e implementação das políticas constitui uma fragilidade adicional. Barros (2025) documenta que as decisões sobre reassentamento são frequentemente tomadas por atores externos (governo, agências internacionais) sem consulta adequada às populações deslocadas, o que gera desconfiança e resistência. A reintegração, quando imposta de cima para baixo, tende a ser menos efetiva e sustentável. A participação comunitária não é apenas um princípio democrático, mas uma condição prática para o sucesso das intervenções.

2.3.5 Articulação entre Universidade e Políticas Públicas

A literatura sobre a relação entre universidade e políticas públicas em contextos de crise identifica um conjunto de desafios específicos. Zeleza (2016) observa que, em muitos países africanos, existe uma distância significativa entre o conhecimento produzido nas universidades e a formulação de políticas, com os decisores políticos a recorrerem raramente à investigação académica para informar as suas decisões. As causas desta desconexão são múltiplas. Por um lado, a investigação académica é frequentemente publicada em canais de acesso limitado para os decisores políticos e com atrasos temporais significativos. Por outro lado, os decisores políticos tendem a valorizar conhecimento sintético, oportuno e diretamente aplicável, enquanto a academia privilegia a profundidade, o rigor e a complexidade.

Para superar esta desconexão, Macamo (2006) propõe a criação de "plataformas de interface" onde académicos e decisores políticos possam interagir regularmente, partilhando conhecimentos e perspetivas. Estas plataformas poderiam incluir seminários conjuntos, grupos de trabalho temáticos e programas de *fellows* para académicos em agências governamentais. No contexto moçambicano, Pereira (2020) identifica alguns progressos neste domínio, com a criação de comités consultivos e grupos de peritos que incluem académicos, mas reconhece que a articulação entre universidade e políticas públicas continua a ser uma área a fortalecer. A participação de docentes da UEM e da UniLúrio no Grupo de Trabalho Interinstitucional sobre Deslocados Internos, coordenado pelo Governo de Moçambique com apoio do ACNUR (2022-2023), é um exemplo destes progressos, mas permanece pontual e dependente de convites discricionários, e não uma prática institucionalizada.

2.4 A Lacuna na Literatura Sobre o Papel da Academia Moçambicana

Apesar da crescente produção académica sobre o conflito em Cabo Delgado, pouca atenção tem sido dedicada ao papel específico das universidades e dos académicos moçambicanos nos processos de reintegração social das populações deslocadas. Esta lacuna não é meramente descritiva, mas tem implicações práticas, pois a ausência de sistematização impede a valorização das iniciativas existentes e a sua integração em políticas públicas mais eficazes.

2.4.1 Invisibilidade Sistémica das Contribuições Académicas

Uma análise sistemática da produção académica sobre o conflito em Cabo Delgado revela uma lacuna significativa: a ausência de estudos que documentem e analisem o papel das universidades moçambicanas na resposta à crise. A literatura existente concentra-se predominantemente em análises securitárias (Njelezi, 2023), económicas ou políticas, deixando em segundo plano as dimensões sociais e culturais da crise, bem como o contributo das instituições académicas. Esta invisibilidade não significa, contudo, que tais contribuições sejam inexistentes. Os relatórios institucionais das universidades (UniLúrio, 2023; UEM, diversos) documentam um conjunto significativo de iniciativas de investigação, extensão e formação orientadas para a resposta à crise. O problema reside na ausência de sistematização e análise crítica destas iniciativas, que permanecem largamente desconhecidas para a comunidade académica e para os decisores políticos.

As razões para esta invisibilidade são múltiplas e interligadas. Por um lado, a produção científica sobre Moçambique tem sido historicamente dominada por investigadores estrangeiros, com limitada participação de académicos moçambicanos nas publicações de maior visibilidade internacional. A língua de publicação, o acesso a revistas de alto impacto e a capacidade de financiamento são fatores que favorecem os investigadores do Norte Global, relegando os académicos moçambicanos para um papel secundário. Por outro lado, a própria produção académica moçambicana, quando existe, tende a circular em canais nacionais ou regionais com limitada difusão, o que dificulta o seu acesso e a sua incorporação no debate internacional.

2.4.2 Ausência de Avaliação Sistemática de Impacto

A literatura evidencia uma ausência de avaliação sistemática de impacto das intervenções académicas. Não existem, no contexto moçambicano, estudos que avaliem de forma rigorosa e independente os resultados das iniciativas académicas para a reintegração social. Esta ausência de avaliação de impacto tem consequências importantes. Por um lado, impede a identificação e disseminação de boas práticas que poderiam ser replicadas ou escaladas para outras regiões ou contextos. Por outro, dificulta a alocação eficiente de recursos escassos, na medida em que não permite distinguir entre intervenções mais e menos efetivas. A ausência de avaliação sistemática reflete, em parte, as limitações de capacidade institucional e técnica

das universidades moçambicanas para conduzir estudos de impacto rigorosos, bem como a falta de incentivos e de financiamento para este tipo de investigação.

Os participantes do estudo foram unânimes em reconhecer esta lacuna. Um participante da UniLúrio (UL03) foi particularmente crítico: "As universidades estão distantes dessa causa. Uma e outra se faz sentir na situação de deslocados. Vou dar exemplo: quase não existe nenhum movimento solidário das universidades moçambicanas na reintegração dos deslocados, mas quando é para estudos para obter informação científica aparecem." Esta fala ilustra o que se pode designar como o "paradoxo da extração de conhecimento": as organizações internacionais e, por vezes, o governo, recorrem aos académicos moçambicanos para produzir conhecimento (diagnósticos, avaliações, estudos de base), mas raramente incorporam as recomendações desses estudos nas políticas ou intervenções.

2.4.3 Subvalorização do Conhecimento Local e Endógeno

A literatura aponta para a subvalorização do conhecimento local e endógeno na produção académica sobre o conflito. Macamo (2006) argumenta que os académicos africanos são frequentemente pressionados a adotar quadros teóricos e metodológicos desenvolvidos nos centros hegemónicos do sistema global de ciência, em detrimento de abordagens que partem das realidades locais. Esta tendência resulta numa produção científica que frequentemente falha na captura das especificidades das realidades africanas e na geração de conhecimento contextualmente relevante.

A subvalorização do conhecimento local tem também implicações práticas. As comunidades afectadas pelo conflito detêm saberes valiosos sobre as suas próprias necessidades, recursos e dinâmicas sociais, que podem ser cruciais para o desenho de intervenções eficazes. A exclusão destes saberes do processo de produção de conhecimento resulta em soluções frequentemente inadequadas ou insensíveis às realidades locais. Por exemplo, a aplicação do conceito de "radicalização" para explicar a insurgência, dominante na literatura internacional, foi criticada por alguns participantes como redutora, por não considerar as dimensões de exclusão económica e marginalização política que são centrais para a compreensão do fenómeno.

2.4.4 Necessidade de Estudos Longitudinais e Comparativos

A literatura revista evidencia, por fim, a necessidade de estudos longitudinais e comparativos sobre a reintegração social em Cabo Delgado. A maioria dos estudos existentes oferece fotografias de um momento específico, sem capturar os processos de mudança ao longo do tempo. Esta limitação é particularmente relevante para o estudo da reintegração, que é, por definição, um processo de longo prazo com múltiplas fases e transições.

Estudos longitudinais, que acompanham as mesmas populações ou comunidades ao longo de vários anos, permitiriam identificar fatores de resiliência e risco, avaliar a sustentabilidade das intervenções e capturar mudanças que só se manifestam no longo prazo. Crisp e Long (2021) argumentam que a falta de estudos longitudinais é uma das principais limitações da literatura sobre reintegração de populações deslocadas a nível global. Estudos comparativos, por seu turno, permitiriam identificar fatores contextuais que influenciam o sucesso ou fracasso da reintegração, comparando diferentes regiões de Cabo Delgado, diferentes grupos de deslocados (por idade, género, origem), ou diferentes modalidades de intervenção. Hammond (2014) observa que a literatura comparativa sobre reintegração é escassa, limitando a capacidade de generalização e aprendizagem.

CAPÍTULO III: METODOLOGIA DA PESQUISA

A definição do percurso metodológico constitui um dos momentos cruciais de qualquer investigação científica, pois é através dele que se estabelece a ponte entre o quadro teórico, os objetivos delineados e a realidade empírica a ser estudada. A metodologia não é um mero conjunto de técnicas, mas sim uma estratégia de aproximação ao objeto de estudo, orientada por pressupostos epistemológicos que determinam como o conhecimento é produzido e validado. Neste capítulo, apresenta-se de forma detalhada e fundamentada o percurso metodológico adotado para responder à pergunta de pesquisa e alcançar os objetivos propostos, garantindo o rigor, a validade e a confiabilidade dos resultados obtidos.

3.1 Abordagem de Investigação

A presente investigação adopta uma abordagem qualitativa, que se mostra particularmente adequada para o estudo de fenómenos sociais complexos como a reintegração de populações deslocadas e o papel da academia nesse processo. Conforme argumentam Denzin e Lincoln

(2006), a investigação qualitativa permite compreender os significados que os atores atribuem às suas experiências e ações, captando as nuances e contradições que escapam aos métodos quantitativos. Ao contrário da abordagem quantitativa, que busca a generalização estatística através de amostras representativas e medições objetivas, a abordagem qualitativa privilegia a profundidade da compreensão, a riqueza dos detalhes e a interpretação dos significados subjetivos.

A escolha da abordagem qualitativa justifica-se por três razões fundamentais que se interligam e reforçam mutuamente. Em primeiro lugar, o objeto de estudo a contribuição dos académicos moçambicanos para a reintegração social envolve dimensões subjetivas, percepções, avaliações e experiências que dificilmente podem ser quantificadas ou reduzidas a indicadores numéricos. A compreensão do impacto das ações académicas requer a escuta atenta das vozes dos atores envolvidos, a interpretação dos seus discursos e a análise dos significados que atribuem às suas práticas. Em segundo lugar, o fenómeno em análise é relativamente recente (2017-2024) e ainda pouco sistematizado na literatura, o que torna apropriada uma abordagem exploratória e indutiva, capaz de gerar novas hipóteses e teorias a partir dos dados empíricos. Em terceiro lugar, a investigação qualitativa permite captar a diversidade de experiências e perspectivas dos diferentes atores envolvidos académicos, gestores universitários, representantes institucionais, organizações da sociedade civil produzindo um conhecimento rico, contextualizado e multidimensional.

Flick (2009) salienta que a pesquisa qualitativa se distingue pela sua flexibilidade metodológica, pela valorização do ponto de vista dos participantes e pela atenção ao contexto em que os fenómenos ocorrem. Estas características são particularmente valiosas para o estudo de uma crise humanitária em curso, onde as condições no terreno são dinâmicas e as respostas institucionais estão em constante evolução. A abordagem qualitativa permite, assim, uma adaptação contínua às contingências do campo, sem comprometer o rigor científico.

3.2 Tipo de Pesquisa

A presente investigação enquadra-se como uma pesquisa exploratória e descritiva, com recurso ao estudo de caso. A natureza exploratória justifica-se pela necessidade de investigar um fenómeno ainda pouco conhecido e sistematizado o papel da academia moçambicana na reintegração social das populações deslocadas em Cabo Delgado. Conforme argumenta Gil (2008), a pesquisa exploratória tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o

problema, com vista a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. No presente caso, a exploração permite mapear as iniciativas existentes, identificar os principais atores e compreender as dinâmicas subjacentes à intervenção académica.

A pesquisa é também descritiva, uma vez que visa descrever e analisar detalhadamente as práticas e intervenções académicas já existentes, documentando-as de forma minuciosa e sistematizando os resultados alcançados. Segundo Gil (2008), a pesquisa descritiva tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenómeno, estabelecendo relações entre variáveis. Neste estudo, a descrição incide sobre as modalidades de intervenção académica (produção de conhecimento, extensão, formação, participação em políticas), os atores envolvidos, os desafios enfrentados e os impactos percebidos.

A estratégia de investigação adotada é o estudo de caso, centrado na província de Cabo Delgado. O estudo de caso, conforme definido por Yin (2018), é uma investigação empírica que investiga um fenómeno contemporâneo em profundidade e no seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenómeno e o contexto não são claramente evidentes. A escolha do estudo de caso justifica-se pela necessidade de compreender a complexidade do fenómeno da reintegração social e do papel da academia num contexto específico, rico em particularidades históricas, culturais e políticas. O caso "Cabo Delgado" é exemplar, pois reúne as condições necessárias para o estudo: um conflito prolongado, um deslocamento em larga escala e uma resposta académica diversificada.

3.3 Estratégia de Pesquisa e Triangulação Metodológica

Para garantir a robustez e validade dos resultados, a pesquisa utiliza uma estratégia de triangulação metodológica, combinando diferentes fontes de dados e técnicas de recolha. Denzin e Lincoln (2006) distinguem quatro tipos de triangulação: de dados (uso de múltiplas fontes), de investigadores (uso de múltiplos observadores), teórica (uso de múltiplas perspectivas teóricas) e metodológica (uso de múltiplos métodos). O presente estudo adopta a triangulação de dados e a triangulação metodológica.

A triangulação de dados é realizada através da combinação de duas fontes principais: a análise documental e as entrevistas semiestruturadas. A análise documental fornece uma visão institucional e oficial das iniciativas académicas, plasmada em relatórios, planos estratégicos e publicações. As entrevistas semiestruturadas, por sua vez, captam as percepções, experiências

e avaliações subjectivas dos atores envolvidos, permitindo aceder a dimensões que os documentos oficiais frequentemente omitem, como as dificuldades quotidianas, as frustrações, as negociações informais e os impactos não documentados.

A triangulação metodológica, por seu turno, refere-se à combinação de técnicas qualitativas de recolha e análise de dados. A complementaridade entre a análise documental e as entrevistas permite não apenas compensar as limitações inerentes a cada método individual, mas também cruzar informações provenientes de diferentes fontes para validar ou questionar achados. Por exemplo, uma iniciativa documentada num relatório institucional pode ser confirmada, problematizada ou até desmentida pelo relato dos participantes envolvidos. Este cruzamento de fontes aumenta a credibilidade e a profundidade dos resultados.

Para além da triangulação de fontes e métodos, a pesquisa emprega a triangulação teórica, ao mobilizar diferentes quadros conceptuais a teoria da paz positiva de Galtung, o capital social de Bourdieu e Putnam, os modelos de reintegração de Crisp e Long para interpretar os dados, garantindo uma análise multifacetada e enriquecida.

3.4 Técnicas e Instrumentos de Recolha de Dados

A recolha de dados foi realizada em duas fases complementares: a análise documental e as entrevistas semiestruturadas. A combinação destas técnicas permitiu a construção de um corpus de dados diversificado e rico, capaz de responder aos objetivos da pesquisa.

3.4.1 Análise Documental

A análise documental constituiu a primeira técnica de recolha de dados, tendo sido realizada entre Janeiro e Março de 2026. Esta técnica foi escolhida por permitir o acesso a informações institucionais, oficiais e históricas que não seriam acessíveis através de outras técnicas. Foram consultados e analisados documentos produzidos pelas universidades moçambicanas e por outras instituições envolvidas na resposta à crise em Cabo Delgado.

O corpus documental foi criteriosamente selecionado com base em três critérios fundamentais: a relevância temática (relação direta com o conflito em Cabo Delgado ou com a reintegração social), a autenticidade (documentos oficiais ou publicações com identificação institucional clara) e a credibilidade (fontes reconhecidas no contexto moçambicano). O corpus final incluiu um total de 27 documentos, distribuídos da seguinte forma:

1. Relatórios institucionais das universidades: Foram analisados relatórios da Universidade Lúrio (UniLúrio), da Universidade Eduardo Mondlane (UEM), da Universidade Católica de Moçambique (UCM), da Universidade Rovuma (UniRovuma) e da Universidade Pedagógica de Maputo (UP), abrangendo o período de 2017 a 2024. Estes relatórios são fontes primárias de informação sobre as atividades de investigação, extensão e formação desenvolvidas pelas instituições, bem como sobre os seus planos estratégicos e visões institucionais.
2. Planos estratégicos: Foram analisados os planos estratégicos da UniLúrio (2023-2027) e da UEM (2021-2026), que permitem compreender o posicionamento institucional face aos desafios sociais e a priorização de áreas de intervenção.
3. Publicações académicas: Foram analisadas seis publicações académicas formais (artigos, capítulos de livros, teses, relatórios de investigação) sobre o conflito em Cabo Delgado, produzidas por académicos moçambicanos entre 2018 e 2024. Estas publicações incluem os trabalhos de Caetano, Lucas e Muquingue (2022), Barros (2025), Henriques (2025), Njelezi (2023), Pereira (2020) e Patatas e Veremu (2021). A análise destas publicações permitiu mapear as principais temáticas abordadas, as metodologias utilizadas e as lacunas existentes na produção de conhecimento.
4. Relatórios de organizações internacionais: Foram analisados relatórios do ACNUR, da IOM e do OCHA, produzidos entre 2020 e 2024. Estes relatórios fornecem dados quantitativos sobre o deslocamento, bem como análises sobre as condições humanitárias e os desafios da resposta.
5. Documentos governamentais: Foram analisados três documentos governamentais, incluindo políticas de reassentamento e estratégias de recuperação, como a Estratégia Nacional de Reintegração Socioeconómica das Vítimas do Terrorismo (2023). Estes documentos permitem compreender o quadro normativo e as prioridades do Estado na resposta à crise.
6. Outros documentos: Foram ainda analisadas duas comunicações e teses académicas que forneceram informações complementares.

Para sistematizar a análise documental, foi desenvolvida uma grelha de análise documental (Anexo A), que permitiu categorizar as informações recolhidas segundo critérios predefinidos: contextualização do conflito, descrição das acções de reintegração, participação académica, tipo de intervenção, resultados e impactos reportados, desafios e limitações, e articulação com políticas públicas. Esta grelha foi aplicada a cada documento, permitindo

uma análise sistemática e comparativa. A análise documental seguiu as etapas propostas por Bardin (2016): pré-análise (organização do material e leitura flutuante), exploração do material (codificação e categorização) e tratamento dos resultados (inferência e interpretação).

3.4.2 Entrevistas Semiestruturadas

As entrevistas semiestruturadas constituíram a segunda técnica de recolha de dados, realizadas entre Março e Maio de 2026. A escolha desta técnica justifica-se pela sua flexibilidade, que permite ao entrevistador explorar temas emergentes durante a conversa, ao mesmo tempo que mantém um foco nos objetivos da pesquisa. Manzini (2004) salienta que a entrevista semiestruturada se situa entre a entrevista estruturada (com perguntas pré-definidas e ordem fixa) e a entrevista não estruturada (sem roteiro prévio), combinando a comparabilidade das respostas com a profundidade da exploração de significados.

Foram entrevistados académicos moçambicanos (docentes, pesquisadores e gestores universitários) que se envolveram, de forma individual ou institucional, em ações relacionadas com a reintegração das populações deslocadas. Foram também entrevistados representantes de instituições parceiras das universidades, incluindo organizações da sociedade civil e organizações internacionais. A escolha destes participantes visou captar a diversidade de perspectivas sobre o fenómeno, desde a visão estratégica dos gestores até a experiência prática dos docentes e pesquisadores.

Foi elaborado um guião de entrevista semiestruturada (Anexo B) estruturado em sete secções principais, correspondentes aos objetivos específicos da pesquisa e às categorias de análise:

i. Identificação do entrevistado: Recolha de informações demográficas e profissionais (instituição, cargo, tempo de experiência, formação académica).
ii. Envolvimento na crise de Cabo Delgado: Exploração do tipo e grau de envolvimento do participante com a crise (origem geográfica, envolvimento institucional, iniciativa individual).
iii. Acção académica na reintegração: Descrição detalhada das ações concretas desenvolvidas pelo participante ou pela sua instituição (produção de conhecimento, extensão, formação, participação em políticas).
iv. Desafios e limitações: Identificação das principais dificuldades enfrentadas na implementação das ações académicas (acesso, recursos, coordenação, sensibilização).

v. Impacto das ações: Avaliação do impacto percebido das ações académicas nas comunidades deslocadas e no processo de reintegração.
vi. Articulação com políticas públicas: Análise da relação entre as iniciativas académicas e a formulação de políticas públicas de reintegração.
vii. Recomendações para o futuro: Identificação de sugestões e propostas para melhorar a contribuição da academia.

O guião incluiu perguntas abertas, permitindo que os participantes partilhassem as suas experiências e perspectivas de forma espontânea, ao mesmo tempo que garantia a comparabilidade entre os diferentes entrevistados. As entrevistas foram realizadas presencialmente (em Maputo, Pemba e Nampula) e, em alguns casos, por videoconferência, mediante disponibilidade dos participantes. Cada entrevista teve a duração média de 60 a 90 minutos. Todas as entrevistas foram gravadas em áudio (mediante consentimento informado dos participantes) e transcritas integralmente para posterior análise. A transcrição foi realizada de forma literal, incluindo pausas, hesitações e ênfases, para preservar a riqueza do discurso dos participantes.

3.5 População e Amostra

A população alvo deste estudo é composta por académicos moçambicanos (docentes, pesquisadores e gestores universitários) que atuaram direta ou indiretamente na reintegração das populações deslocadas em Cabo Delgado, bem como por representantes de instituições que colaboraram com as universidades nesse processo. A definição desta população reflete o objetivo central da pesquisa: analisar a contribuição dos académicos moçambicanos, compreendida tanto a nível individual (académicos na sua singularidade) como a nível institucional (universidades enquanto sistema).

A amostra foi seleccionada através de uma combinação de técnicas não probabilísticas: amostragem intencional *(purposive sampling)* e amostragem em bola de neve *(snowball sampling)*. A amostragem intencional envolveu a seleção deliberada de participantes com base em critérios predefinidos de relevância para o estudo (Patton, 2015). Os critérios de inclusão foram os seguintes:

1. Relevância institucional: Académicos pertencentes a universidades moçambicanas com programas documentados de apoio à reintegração social em Cabo Delgado (UniLúrio, UEM, UCM, UniRovuma, UP).
2. Experiência direta no tema: Académicos que tenham participado de projetos de investigação, extensão ou formação relacionados com o conflito ou a reintegração social.
3. Diversidade de funções: Inclusão de docentes, pesquisadores e gestores universitários (reitores, diretores de faculdades, coordenadores de extensão).
4. Diversidade geográfica: Inclusão de académicos baseados em diferentes províncias, com particular foco em Cabo Delgado.

A amostragem em bola de neve, por seu turno, envolveu a solicitação aos participantes iniciais que indicassem outros potenciais participantes com conhecimento ou experiência relevantes. Esta técnica revelou-se particularmente útil para aceder a académicos e atores que atuam de forma menos institucionalizada ou que estão em redes informais.

O critério de saturação teórica foi utilizado para determinar o tamanho final da amostra. Conforme Glaser e Strauss (1967), a saturação ocorre quando novas entrevistas deixam de acrescentar informações novas ou relevantes para a compreensão do fenómeno. Este ponto foi alcançado após a 16ª entrevista, tendo sido realizadas mais duas para confirmação, totalizando 18 participantes. A Tabela 1 apresenta a distribuição da amostra por instituição e categoria.

Instituição	Docentes Pesquisadores	Gestores Universitários	Representantes de Parceiros	Total
UniLúrio	3	1	0	4
UEM	2	1	0	3
UCM	2	0	0	2
UniRovuma	2	1	0	3
UP	1	0	0	1
ONG/Sociedade Civil	0	0	3	3
Organizações Internacionais	0	0	2	2
Total	**10**	**3**	**5**	**18**

Tabela 1: Distribuição da Amostra por Instituição e Categoria

A Tabela 2 apresenta a caracterização detalhada dos participantes por género, revelando uma maioria de participantes do sexo masculino (12 homens, 6 mulheres), o que reflete a composição de género do corpo docente e de gestão das universidades moçambicanas.

Instituição	Docentes/Pesquisadores	Gestores	Parceiros	Total	Homens	Mulheres
UniLúrio	3	1	0	4	3	1
UEM	2	1	0	3	2	1
UCM	2	0	0	2	2	0
UniRovuma	2	1	0	3	2	1
UP	1	0	0	1	1	0
OSC	0	0	3	3	2	1
OI	0	0	2	2	0	2
Total	**10**	**3**	**5**	**18**	**12**	**6**

Tabela 2: Caracterização dos Participantes por Instituição, Categoria e Género

No que concerne à distribuição geográfica da actuação dos participantes, 12 desenvolvem ou desenvolveram atividades diretamente na província de Cabo Delgado (particularmente nos distritos de Pemba, Metuge, Montepuez, Chiúre, Mueda e Palma), enquanto os restantes 6 atuam a partir de Maputo ou Nampula, com deslocações periódicas ao terreno. Esta diversidade geográfica permite uma compreensão das diferentes realidades e desafios enfrentados nas várias zonas da província.

Relativamente à experiência académica e profissional, os docentes e pesquisadores entrevistados possuem, em média, 12,5 anos de experiência no ensino superior. Destes, 8 têm doutoramento e 2 têm mestrado. Os gestores universitários (reitores, diretores de faculdade, coordenadores de extensão) acumulam, em média, 18 anos de experiência institucional. Esta experiência acumulada confere aos participantes uma visão profunda e informada sobre as dinâmicas institucionais e os desafios da intervenção académica.

3.6 Procedimentos de Análise dos Dados

A análise dos dados seguiu os princípios da análise de conteúdo, conforme sistematizada por Bardin (2016), complementada pela análise temática (Braun & Clarke, 2006). Esta dupla

abordagem permitiu uma análise sistemática e rigorosa dos dados qualitativos, garantindo a validade e a confiabilidade dos resultados.

A análise de conteúdo, segundo Bardin (2016), envolve um conjunto de procedimentos sistemáticos e objetivos para descrever o conteúdo das mensagens, permitindo ao investigador inferir conhecimentos sobre as condições de produção e recepção dessas mensagens. O processo analítico desenvolveu-se em três fases principais.

3.6.1 Primeira Fase: Pré-análise

A pré-análise constituiu a fase de organização do material recolhido, com o objetivo de tornar os dados operacionais e prepará-los para a análise sistemática. Esta fase envolveu os seguintes procedimentos:

1. Organização do material: Todo o material recolhido (documentos e transcrições de entrevistas) foi organizado num sistema de arquivo digital, com pastas distintas para cada tipo de fonte e para cada participante.
2. Leitura flutuante: Uma leitura preliminar e descomprometida de todo o material foi realizada para apreender o sentido global, identificar os temas emergentes e familiarizar-se com o conteúdo.
3. Constituição do corpus de análise: Foram estabelecidos critérios claros para a inclusão de material no corpus, garantindo a representatividade e a homogeneidade dos dados. Foram definidas regras de recorte (seleção das unidades de análise), codificação (atribuição de códigos) e categorização (agrupamento em categorias).

3.6.2 Segunda Fase: Exploração do Material

Nesta fase, as unidades de registo (frases, parágrafos, temas) foram identificadas e classificadas em categorias. A codificação foi realizada com recurso ao software de análise qualitativa QualCoder, coadjuvado com Excel, que permitiu a gestão sistemática do corpus e a aplicação consistente dos códigos.

As categorias de análise foram definidas com base nos objetivos da pesquisa (categorias a priori), mas foram também permitidas categorias emergentes (indutivas) a partir dos dados, garantindo a flexibilidade e a abertura à descoberta de novos temas. As principais categorias definidas a priori foram:

1. Produção de conhecimento: Estudos, relatórios, diagnósticos produzidos por académicos moçambicanos.
2. Extensão universitária: Projetos comunitários, apoio psicossocial, mediação e campanhas de solidariedade.
3. Formação e capacitação: Cursos, workshops, bolsas de estudo e oficinas de formação.
4. Participação em fóruns públicos e políticas: Intervenção em grupos de trabalho, conferências, consultas públicas e processos de formulação de políticas.
5. Articulação entre academia e políticas públicas: Mecanismos de interação, níveis de influência e barreiras.
6. Desafios e limitações: Dificuldades de acesso, recursos, coordenação e sensibilização.
7. Impactos reportados: Percepções dos participantes sobre os efeitos das ações académicas.

3.6.3 Terceira Fase: Tratamento dos Resultados e Interpretação

Esta fase envolveu a análise dos dados categorizados, a identificação de padrões e regularidades, a comparação entre diferentes fontes (triangulação) e a confrontação com o quadro teórico da pesquisa. Foram elaborados quadros-síntese e matrizes de análise para facilitar a visualização e comparação dos resultados. A interpretação dos dados procurou ir além da descrição, buscando compreender os significados mais profundos e as relações entre as categorias.

A análise de conteúdo foi complementada pela análise temática, conforme proposta por Braun e Clarke (2006). A análise temática é um método para identificar, analisar e relatar padrões (temas) dentro dos dados, organizando-os de forma a responder às questões de pesquisa. A análise temática permitiu identificar temas recorrentes no discurso dos entrevistados, bem como as variações e nuances nas suas percepções. A combinação das duas técnicas garantiu uma análise rica e multifacetada, capaz de captar tanto as regularidades como as singularidades dos dados.

3.7 Considerações Éticas

A presente investigação seguiu rigorosamente os princípios éticos estabelecidos pela comunidade científica para pesquisas envolvendo seres humanos, conforme consagrados no Código de Ética para a Investigação em Ciências Sociais e Humanas. Foram observadas as

seguintes medidas, que visam garantir a proteção dos participantes, a integridade da pesquisa e a credibilidade dos resultados.

Consentimento informado: Todos os participantes foram informados, de forma clara e acessível, sobre os objetivos da pesquisa, os procedimentos envolvidos, os potenciais riscos e benefícios, e o seu direito de recusar participar ou desistir a qualquer momento sem qualquer penalização. Foi solicitada a assinatura de um termo de consentimento informado (Anexo C) antes da realização das entrevistas. Para participantes que solicitaram a não assinatura (por razões de segurança ou confidencialidade), foi obtido consentimento verbal, devidamente registado em ata.

Confidencialidade e anonimato: Foi garantido a todos os participantes que os dados recolhidos seriam tratados de forma confidencial e que as suas identidades não seriam reveladas em nenhuma publicação ou comunicação resultante da pesquisa. Nas transcrições e na apresentação dos resultados, os participantes são identificados por códigos (ex: UL01, UEM02, OSC01, etc.) e, quando necessário, por categorias institucionais genéricas (ex: "docente da UniLúrio", "representante de ONG"). Esta medida visa proteger a privacidade dos participantes e evitar qualquer tipo de represália ou constrangimento.

Proteção de dados: As gravações áudio, as transcrições e os demais materiais de pesquisa foram armazenados em dispositivos protegidos por palavra-passe, com acesso restrito ao investigador principal. Os dados serão destruídos cinco anos após a conclusão da pesquisa, conforme as normas de arquivo científico.

Benefícios e riscos: A pesquisa não envolveu riscos físicos para os participantes. O principal risco identificado foi o potencial desconforto psicológico ao relembrar experiências associadas ao conflito e ao deslocamento. Para mitigar este risco, as entrevistas foram conduzidas com sensibilidade, permitindo pausas ou interrupções sempre que necessário, e foi disponibilizada informação sobre serviços de apoio psicossocial, caso os participantes manifestassem necessidade.

Aprovação institucional: O projeto de pesquisa foi submetido e aprovado pelo Comité de Ética da Universidade Técnica de Moçambique (Parecer nº UTM/CE/025/2025), bem como pelas instituições envolvidas (UniLúrio, UEM, UCM, UniRovuma, UP) mediante protocolos de colaboração institucional.

3.8 Limitações da Pesquisa

Como qualquer investigação, o presente estudo apresenta limitações que devem ser explicitamente reconhecidas. Estas limitações não inviabilizam o estudo nem comprometem a validade dos seus resultados, mas devem ser consideradas na interpretação dos achados e na formulação de recomendações.

Limitação temporal – O período de análise (2017-2024) abrange uma fase intensa do conflito e do deslocamento, mas a reintegração social é um processo de longo prazo cujos resultados plenos podem não ser ainda visíveis. Os impactos de médio e longo prazo das iniciativas académicas poderão não ter sido completamente captados. O caráter de "processo" da reintegração, conforme enfatizado por Zetter (2019), implica que as avaliações realizadas num momento específico podem não refletir a totalidade dos efeitos.

Limitação geográfica – Embora o estudo tenha abrangido diferentes distritos de Cabo Delgado (Pemba, Metuge, Montepuez, Chiúre), o acesso a algumas áreas foi limitado por razões de segurança, o que pode ter resultado na sub-representação de experiências de comunidades localizadas em zonas de maior insegurança. As áreas sob maior controlo insurgente permanecem de difícil acesso, e as suas populações deslocadas podem enfrentar desafios específicos que não foram captados.

Limitação de acesso a documentos – Alguns documentos institucionais (relatórios internos, avaliações de impacto) não se encontravam disponíveis para consulta, por razões de confidencialidade ou por não terem sido sistematizados pelas instituições. A análise baseou-se, portanto, nos documentos disponíveis, o que pode ter introduzido um viés de disponibilidade, privilegiando as informações mais acessíveis.

Limitação da amostra – A amostra, embora diversificada, é limitada em tamanho e foi seleccionada por métodos não probabilísticos, o que restringe a generalização estatística dos resultados. Os achados devem ser entendidos como contribuições para a compreensão do fenómeno, não como representações estatísticas de uma população.

Viés de desejabilidade social – Nas entrevistas, os participantes podem ter tendido a apresentar as suas ações e as das suas instituições de forma favorável (viés de desejabilidade social). Para mitigar este risco, as perguntas foram formuladas de forma neutra e os participantes foram assegurados da confidencialidade das suas respostas. Adicionalmente, a

triangulação com fontes documentais permitiu confrontar as percepções reportadas com evidências documentais.

Limitação linguística – As entrevistas foram conduzidas em português, que é a língua oficial de Moçambique, mas não a língua materna de muitos participantes. Embora todos os participantes tivessem fluência em português, é possível que algumas nuances de significado se tenham perdido na tradução de conceitos originalmente formulados em línguas locais (Emakhuwa, Kimwani, etc.). Sempre que possível, os participantes foram encorajados a expressar-se nas línguas com que se sentissem mais confortáveis, com recurso a intérpretes quando necessário.

CAPÍTULO IV: APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Este capítulo tem como objetivo expor de forma sistemática, objetiva e detalhada os dados recolhidos durante o trabalho de campo, organizando-os segundo as categorias analíticas definidas na metodologia. Conforme estabelecido, esta secção limita-se à apresentação dos achados empíricos, sem proceder à sua interpretação ou discussão aprofundada, a qual será reservada para o capítulo subsequente. Os dados aqui apresentados resultam da combinação de duas técnicas de recolha: a análise documental, que incidiu sobre um corpus de 27 documentos, e as entrevistas semiestruturadas, realizadas com 18 participantes (conforme detalhado na secção 2.5). A estrutura do capítulo segue a lógica de apresentação da composição do corpus documental, seguida da exposição dos resultados documentais e, finalmente, da apresentação dos resultados provenientes das entrevistas, organizados por categorias temáticas.

4.1 Corpus Documental Analisado

Para a análise documental, foi constituído um corpus de 27 documentos, selecionados com base na sua relevância temática, autenticidade e credibilidade. A Tabela 3 apresenta a composição detalhada do corpus, discriminado por tipo de documento e fonte.

Tipo de Documento	Instituição/Fonte	Período Abrangido	Quantidade
Relatórios Institucionais	UniLúrio	2017-2022; 2023-2027	3

Relatórios Institucionais	UEM	2020-2024	2
Relatórios Institucionais	UCM	2021-2023	1
Relatórios Institucionais	UniRovuma	2019-2024	2
Relatórios Institucionais	UP	2022-2023	1
Planos Estratégicos	UniLúrio, UEM	2020-2025; 2021-2026	2
Publicações Académicas	Diversas Universidades	2018-2024	6
Relatórios de ONGs/OI	ACNUR, IOM, OCHA	2020-2024	5
Documentos Governamentais	Governo de Moçambique	2019-2023	3
Outros (Comunicações, Teses)	Diversas Fontes	2022-2024	2
Total	----------	----------	**27**

Tabela 3: Composição do Corpus Documental Analisado

A análise incidiu sobre documentos que abrangem o período de 2017 a 2024, coincidindo com o início do conflito e o período de resposta humanitária e académica. Os relatórios institucionais forneceram dados sobre as atividades de extensão, investigação e formação; os planos estratégicos revelaram o posicionamento institucional; as publicações académicas mapearam o conhecimento produzido; e os relatórios de organismos internacionais e governamentais forneceram o contexto macro da crise e das políticas públicas.

4.2 Resultados da Análise Documental

A análise documental permitiu identificar e sistematizar as principais iniciativas académicas relacionadas com a reintegração social em Cabo Delgado. Os resultados são apresentados segundo as quatro categorias analíticas definidas: produção de conhecimento, extensão universitária, formação e capacitação, e participação em fóruns públicos e articulação com políticas.

4.2.1 Produção de Conhecimento sobre o Conflito e a Reintegração Social

Os documentos analisados revelam a existência de um volume significativo, embora disperso, de produção académica sobre o conflito em Cabo Delgado. A Tabela 4 sistematiza as principais publicações académicas identificadas, que abordam desde a integração socioeconómica até à análise da insurgência e aos impactos sociais do deslocamento.

Título/Temática	Autor(es)/Instituição	Tipo	Ano
Integração socioeconómica das vítimas do terrorismo deslocadas em Cabo Delgado	Caetano, Lucas & Muquingue (UCM)	Relatório de Investigação	2022
Impactos sociais do deslocamento interno em Cabo Delgado: Um estudo das cidades receptoras	Barros (UEM)	Tese de Doutoramento	2025
Convivência entre deslocados e residentes em Pemba: Percepções e desafios sociais	Henriques (UEM)	Relatório de Pesquisa	2025
Análise da insurgência em Cabo Delgado e os desafios da segurança nacional	Njelezi (Academia Militar Samora Machel)	Livro	2023
Políticas de segurança e reintegração social: O caso de Cabo Delgado	Pereira (UP)	Artigo	2020
Extensão universitária e desenvolvimento comunitário: O papel das IES em Angola e Moçambique	Patatas & Veremu (UniLúrio)	Artigo	2021

Tabela 4: Publicações Académicas sobre Cabo Delgado (2017-2024)

Para além destas publicações formais, os relatórios institucionais da UniLúrio (2023) documentam a realização de pelo menos 12 estudos diagnósticos encomendados por organizações internacionais (ACNUR, IOM, UNICEF), com equipas de investigadores da universidade a abordarem temas como as necessidades de saúde mental dos deslocados, as

condições de habitabilidade nos centros de acolhimento e as percepções de segurança entre comunidades. A Universidade Eduardo Mondlane, através do seu Centro de Estudos Africanos, produziu entre 2020 e 2024 cinco relatórios de pesquisa sobre o conflito, dos quais dois abordam especificamente questões de reintegração social (Barros, 2025; Henriques, 2025).

4.2.2 Extensão Universitária e Intervenção Comunitária

A análise documental revelou que a Universidade Lúrio (UniLúrio) é a instituição com o maior volume documentado de atividades de extensão diretamente orientadas para a reintegração social. O Relatório Institucional de Extensão Universitária 2017-2022 (UniLúrio, 2023) regista as seguintes iniciativas:

1. Projeto de Apoio Psicossocial a Deslocados em Metuge (2020-2022): Este projeto envolveu 15 estudantes finalistas do curso de Psicologia em atividades de apoio emocional, aconselhamento e atividades lúdicas, beneficiando diretamente 350 famílias deslocadas.
2. Programa de Mediação Comunitária em Montepuez (2021-2022): O programa formou 25 mediadores comunitários, incluindo líderes religiosos e tradicionais, para a gestão de conflitos entre deslocados e comunidades acolhedoras.
3. Campanhas de Solidariedade e Arrecadação de Bens (2020-2023): Estas campanhas envolveram a comunidade académica (docentes, estudantes e funcionários) na recolha e distribuição de alimentos, roupa e material escolar.

A Universidade Rovuma (UniRovuma), por sua vez, documenta nos seus relatórios institucionais (2019-2024) a implementação do Programa de Bolsas para Jovens Deslocados, que entre 2021 e 2024 atribuiu 45 bolsas de estudo a jovens provenientes de famílias deslocadas, permitindo-lhes o acesso a cursos de licenciatura em Pemba e Nampula. O mesmo relatório regista a realização de oficinas de formação cívica dirigidas a 120 jovens deslocados, abordando temas de cidadania, resolução de conflitos e prevenção de radicalização.

A Universidade Eduardo Mondlane (UEM), embora sediada em Maputo, desenvolveu iniciativas de extensão em Cabo Delgado através de parcerias com organizações da sociedade civil. O relatório institucional (UEM, 2024) menciona a participação de docentes da Faculdade de Ciências Sociais em missões de avaliação de necessidades das populações

deslocadas, bem como a realização de seminários de formação para agentes comunitários em Pemba, no ano de 2023.

4.2.3 Formação e Capacitação

Os documentos analisados indicam que a formação e capacitação constituem uma área de intervenção académica significativa, embora com variações institucionais. A Tabela 5 sintetiza as principais iniciativas documentadas, abrangendo públicos-alvo como estudantes, líderes comunitários, jovens deslocados, agentes de saúde e professores.

Instituição	Iniciativa	Público-alvo	Nº de Beneficiários	Período
UniLúrio	Curso de Extensão em Apoio Psicossocial	Estudantes finalistas de Psicologia	15	2020-2022
UniLúrio	Formação de Mediadores Comunitários	Líderes comunitários e religiosos	25	2021-2022
UniRovuma	Programa de Bolsas para Jovens Deslocados	Jovens deslocados	45	2021-2024
UniRovuma	Oficinas de Formação Cívica	Jovens deslocados	120	2022-2024
UEM	Seminários para Agentes Comunitários	Agentes de saúde e educação	60	2023
UCM	Curso sobre Direitos Humanos e Reintegração	Professores do ensino secundário	30	2022-2023
UP	Oficina de Capacitação Pedagógica	Professores em centros de acolhimento	40	2023

Tabela 5: Iniciativas de Formação e Capacitação (2017-2024)

Para além destas iniciativas específicas, os relatórios institucionais da UniRovuma (2024) mencionam a integração de conteúdos sobre deslocamento forçado e reintegração social em disciplinas obrigatórias dos cursos de Serviço Social e Ciência Política, bem como a criação de uma linha de pesquisa sobre conflitos e construção de paz no mestrado em Desenvolvimento Comunitário.

4.2.4 Participação em Fóruns Públicos e Articulação com Políticas

A análise documental revelou evidências de participação de académicos em fóruns públicos e processos de formulação de políticas, embora de forma pontual e descoordenada. Os principais achados incluem:

1. Grupo de Trabalho Interinstitucional sobre Deslocados Internos – Docentes da UEM e da UniLúrio participaram neste grupo de trabalho, coordenado pelo Governo de Moçambique com apoio do ACNUR, nos anos de 2022 e 2023.
2. Estratégia Nacional de Reintegração Socioeconómica das Vítimas do Terrorismo (2023) – A Universidade Católica de Moçambique (UCM) contribuiu para a elaboração desta estratégia, através da realização de estudos de base encomendados pelo Instituto Nacional de Gestão de Calamidades (INGC).
3. Conferência Internacional sobre Paz e Desenvolvimento – A UniLúrio realizou, em Novembro de 2023, uma conferência internacional que reuniu académicos, decisores políticos, organizações internacionais e lideranças comunitárias para debater os desafios da paz e do desenvolvimento em Cabo Delgado.
4. Audiências Públicas na Assembleia da República – Investigadores da UEM participaram em audiências públicas na Assembleia da República (2022, 2024) sobre a situação humanitária em Cabo Delgado, na qualidade de peritos.

No entanto, a análise documental evidencia a ausência de mecanismos institucionalizados de articulação entre as universidades e os órgãos governamentais. Os relatórios consultados mencionam dificuldades de comunicação, falta de resposta a propostas de colaboração e limitada incorporação das recomendações académicas nas políticas finais.

4.3 Resultados das Entrevistas

As entrevistas semiestruturadas permitiram aprofundar a compreensão das dinâmicas, percepções e avaliações dos atores envolvidos. Os resultados são apresentados segundo as categorias temáticas definidas no guião de entrevista e confirmadas pela análise de conteúdo.

4.3.1 Envolvimento na Crise de Cabo Delgado

Todos os 18 participantes relataram algum nível de envolvimento com a crise em Cabo Delgado, embora com graus de intensidade e formas de participação distintos. A análise das respostas permitiu identificar três padrões principais de envolvimento:

Padrão 1: Envolvimento por origem geográfica

Quatro participantes são naturais de Cabo Delgado, o que determinou um envolvimento mais precoce e de caráter pessoal. Estes participantes relataram que a crise os afetou diretamente, tanto a nível familiar como comunitário, o que os motivou a agir. O depoimento de um representante de uma organização da sociedade civil (OSC01) ilustra este padrão:

"Sendo natural de Cabo Delgado, o envolvimento foi maior na medida em que inicialmente a crise era reportada nas televisões, e foi nessa razão que criamos a ONG IBIS com objetivo de lançar a mão de ajudar os nossos irmãos de Cabo Delgado, dando formações e objetos utensílios de modo a reiniciarem as suas vidas."

Padrão 2: Envolvimento institucional programático

Dez participantes relataram envolvimento através de projetos institucionais das suas universidades, particularmente nas áreas de extensão e investigação aplicada. Este envolvimento foi, na maioria dos casos, uma resposta institucional à crise, com as universidades a mobilizarem os seus recursos humanos e logísticos. Um docente da UniLúrio (UL02) descreveu este processo:

"O meu envolvimento começou em 2020, quando a universidade lançou o projeto de apoio psicossocial em Metuge. Fui convidado para coordenar a equipa de estudantes. Desde então, tenho participado em várias iniciativas."

Padrão 3: Envolvimento por iniciativa individual

Quatro participantes mencionaram ações realizadas a título pessoal, sem enquadramento institucional formal. Estas ações incluíram campanhas de solidariedade, produção de artigos de opinião, apoio direto a deslocados e participação em redes informais de solidariedade. Este padrão de envolvimento evidencia que a resposta académica à crise não se limitou às estruturas institucionais, mas também ocorreu a nível individual, motivada por um sentido de responsabilidade ética e social.

4.3.2 Acções Concretas de Reintegração Social

Os participantes identificaram um conjunto diversificado de ações que desenvolveram ou observaram, as quais foram categorizadas em seis tipos principais. A **Tabela 6** apresenta a frequência de menção de cada tipo de ação pelos entrevistados.

Tipo de Ação	Nº de Menções	Exemplos
Formação e capacitação	15	Cursos para agentes comunitários, bolsas de estudo, workshops
Produção de conhecimento	14	Relatórios para ACNUR, artigos académicos, teses
Apoio psicossocial e emocional	11	Aconselhamento, grupos de apoio, atividades lúdicas com crianças
Mediação comunitária e diálogo	8	Sessões entre deslocados e comunidades acolhedoras
Campanhas de solidariedade (bens materiais)	7	Arrecadação de alimentos, roupa, material escolar
Advocacia e participação em políticas	6	Participação em grupos de trabalho, consultas públicas

Tabela 6: Tipos de Ações de Reintegração Referidas pelos Participantes

A formação e capacitação foi o tipo de ação mais mencionado (15 menções), refletindo a ênfase das universidades na transferência de competências como estratégia de intervenção. A produção de conhecimento (14 menções) foi a segunda categoria mais frequente, destacando a

importância atribuída à investigação aplicada. O representante da UniRovuma (UR03) descreveu detalhadamente o programa de bolsas implementado pela sua instituição:

"Implementámos um programa de bolsas para jovens deslocados, que entre 2021 e 2024 permitiu a 45 jovens aceder ao ensino superior. Não é apenas uma questão de acesso à educação; é também uma estratégia de reintegração, porque estes jovens tornam-se agentes de mudança nas suas comunidades."

Uma docente da UEM (UEM02) referiu-se à produção de conhecimento como o principal contributo da sua equipa, salientando a sua utilidade prática para as agências humanitárias:

"A minha equipa produziu um diagnóstico sobre as necessidades de saúde mental dos deslocados em Metuge. Esse relatório foi usado pelo ACNUR para ajustar as suas intervenções. É um exemplo de como a pesquisa pode ter impacto direto."

4.3.3 Desafios e Limitações Enfrentados

Os participantes identificaram múltiplos desafios que limitaram o alcance e a eficácia das suas ações. A Tabela 7 agrupa estes desafios em cinco categorias principais, por ordem de frequência de menção.

Categoria de Desafio	Exemplos	Nº de Menções
Acesso e logística.	Dificuldade de acesso a áreas afetadas, distâncias, estradas danificadas.	16
Recursos financeiros e materiais.	Falta de financiamento para projetos de extensão, equipamento insuficiente.	15
Coordenação institucional.	Falta de articulação entre universidades, governo e OI.	13
Sensibilidade política e segurança.	Restrições de acesso impostas por razões de segurança, receio de represálias.	10
Capacitação e recursos	Número insuficiente de académicos	9

humanos.	com formação específica.	

Tabela 7: Desafios e Limitações Referidos pelos Participantes

O desafio mais mencionado foi o acesso e a logística (16 menções). Um participante da UniLúrio (UL04) descreveu as dificuldades enfrentadas:

"O acesso total a todos os deslocados é um grande desafio, visto que os deslocados estão espalhados por toda a província até à região norte. Por outro lado, criar condições para todos os deslocados de modo a garantir igualdade de acesso às necessidades básicas é muito difícil."

A falta de recursos financeiros e materiais (15 menções) foi o segundo desafio mais citado. Uma representante de uma organização internacional (OI02) acrescentou:

"Há uma grande fragmentação. Cada universidade faz o seu projeto, mas raramente comunicam entre si. O governo também não tem um mecanismo claro para incorporar o que a academia produz. Perde-se muito potencial."

Um gestor universitário da UEM (UEM03) apontou a limitação de recursos como um problema estrutural:

"A extensão universitária é sistematicamente subfinanciada. As universidades moçambicanas vivem essencialmente de fundos do Estado, que mal cobrem as atividades de ensino. Para extensão, temos de depender de projectos com financiamento externo, o que é instável."

4.3.4 Impacto Percebido das Ações Académicas

Os participantes foram solicitados a avaliar o impacto das ações académicas nas comunidades deslocadas. As percepções, embora variadas, revelaram padrões comuns.

1. Impacto positivo, mas limitado

A maioria dos participantes considerou que as ações académicas tiveram um impacto positivo, mas aquém do seu potencial. Um docente da UCM (UCM02) afirmou:

"Os resultados foram positivos, mas localizados. Nas comunidades onde intervimos, vimos melhorias, mas a escala é muito pequena comparada com a magnitude do problema."

2. Fortalecimento de capacidades locais

Oito participantes mencionaram especificamente o impacto na capacitação de recursos humanos como o principal legado das suas intervenções. Um representante de uma OSC (OSC02) declarou:

"As formações que a universidade deu aos mediadores comunitários tiveram um efeito multiplicador. Hoje, esses mediadores continuam a trabalhar independentemente. Isso é reintegração sustentável."

3. Valorização pelas comunidades

Seis participantes relataram que as ações foram bem recebidas pelas comunidades, que perceberam a academia como um ator genuinamente interessado no seu bem-estar. Um docente da UniRovuma (UR02) comentou:

"Naturalmente, tem havido intercâmbios de conhecimentos e visões. As comunidades valorizam o que a academia traz, especialmente quando percebem que não é apenas para extração de dados."

4. Dificuldade em medir impacto a longo prazo

Nove participantes reconheceram que é prematuro avaliar o impacto de longo prazo das intervenções. Um pesquisador da UEM (UEM01) afirmou:

"A reintegração é um processo que leva anos. Muitas das nossas intervenções são recentes. Só daqui a alguns anos poderemos dizer se foram realmente eficazes."

4.3.5 Articulação com Políticas Públicas

As percepções dos participantes sobre a articulação entre a academia e as políticas públicas revelaram um diagnóstico de fragilidade. A Tabela 8 sintetiza as principais percepções, com citações ilustrativas.

Percepção	Citação Ilustrativa	Nº de Participantes
Articulação fraca ou	"Não existe uma ponte sistemática entre o	12

inexistente.	que pesquisamos e o que o governo decide." (UL01).	
Articulação pontual e dependente de projetos.	"Há momentos em que somos chamados, normalmente quando há financiamento externo para consultorias." (UEM02).	5
Articulação melhorou nos últimos anos.	"Houve uma evolução, especialmente com a criação do grupo de trabalho sobre deslocados, mas ainda é insuficiente." (UR03).	3
Academia pouco proativa na comunicação.	"Nós, académicos, também temos responsabilidade. Publicamos em revistas científicas que os decisores não lêem." (UP01).	4

Tabela 8: Percepções sobre Articulação Academia-Políticas Públicas

Um participante da UniLúrio (UL03) foi particularmente crítico, expressando um sentimento de distanciamento entre a academia e a realidade dos deslocados:

"As universidades estão distantes dessa causa. Uma e outra se faz sentir na situação de deslocados. Vou dar exemplo: quase não existe nenhum movimento solidário das universidades moçambicanas na reintegração dos deslocados, mas quando é para estudos para obter informação científica aparecem."

4.3.6 Recomendações dos Participantes

Os participantes formularam diversas recomendações para o futuro, que foram agrupadas em quatro categorias principais:

1. Reforço da articulação academia-governo

Catorze participantes defenderam a criação de mecanismos institucionalizados de diálogo regular e sistemático entre as universidades e os órgãos governamentais. Um participante (OSC01) sugeriu:

"Que as universidades sejam as primeiras a identificar os principais problemas dos deslocados e sejam as mesmas a assessorar o governo sobre como evitar as próximas crises."

2. Financiamento sustentável para extensão

Doze participantes apontaram a necessidade de alocação de recursos regulares do orçamento do Estado ou de fundos de cooperação para as atividades de extensão, de modo a garantir a sua continuidade para além de projetos pontuais financiados por organizações internacionais.

3. Formação específica de académicos

Dez participantes defenderam a criação de programas de pós-graduação (mestrados e doutoramentos) em gestão de crises, reintegração e construção de paz, com o objetivo de capacitar uma massa crítica de especialistas moçambicanos que possam liderar futuras intervenções.

4. Sistematização e partilha de boas práticas

Oito participantes sugeriram a criação de uma plataforma ou repositório digital onde as universidades pudessem documentar e partilhar as suas iniciativas, promovendo a aprendizagem institucional e evitando a duplicação de esforços.

CAPÍTULO V: DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O presente capítulo constitui o núcleo analítico da tese, procedendo à interpretação e discussão dos resultados apresentados no Capítulo IV à luz do quadro teórico desenvolvido no Capítulo II. Conforme a metodologia adoptada, procede-se ao confronto sistemático entre os achados empíricos e a literatura especializada, identificando convergências, divergências e contribuições originais do estudo. A discussão organiza-se em torno dos cinco objectivos específicos da pesquisa, cada um dos quais é analisado à luz dos dados recolhidos e da literatura de referência. Adicionalmente, são discutidas as dimensões transversais emergentes da análise, nomeadamente os desafios estruturais, as assimetrias de poder no sistema de conhecimento, e as implicações para a teoria da paz positiva em contextos pós-conflito.

5.1 Produção de Conhecimento sobre o Conflito e a Reintegração Social

A análise da produção de conhecimento constitui o ponto de partida lógico para a discussão, uma vez que é através dela que a academia exerce a sua função mais distintiva. O primeiro objectivo específico da pesquisa consistiu em identificar os principais estudos, relatórios técnico-científicos e diagnósticos produzidos por académicos moçambicanos sobre o conflito em Cabo Delgado e o processo de reintegração social. Os resultados, ao serem confrontados com a literatura, revelam uma tensão fundamental entre a capacidade da academia para gerar conhecimento relevante e a sua incapacidade para o fazer circular e influenciar a acção.

5.2 Caracterização da Produção Académica Identificada

A análise documental identificou pelo menos seis publicações académicas formais (artigos, teses, livros) directamente relacionadas com o conflito, para além de múltiplos relatórios de investigação e diagnósticos encomendados por organizações internacionais. Este volume de produção, embora respeitável para o contexto moçambicano, contrasta com a magnitude da crise e com a produção académica observada em contextos de conflito similares, por exemplo na região dos Grandes Lagos ou no Corno de África. Esta disparidade não é meramente quantitativa; ela reflecte a assimetria de recursos, capacidades e incentivos que caracteriza o sistema de produção de conhecimento nos países africanos. Os académicos moçambicanos, frequentemente sobrecarregados com funções de ensino e gestão, e com acesso limitado a financiamento para investigação, produzem num ritmo que, embora notável, está aquém da necessidade de compreensão e intervenção sobre uma crise desta magnitude.

Conforme argumenta Macamo (2006), a produção de conhecimento sobre problemas sociais africanos tem sido historicamente dominada por investigadores estrangeiros, com os académicos africanos frequentemente relegados para papéis subalternos de coleta de dados ou assistência de pesquisa. Esta constatação, que a literatura tem documentado de forma consistente, encontra eco nos resultados desta pesquisa. No caso de Cabo Delgado, observa-se uma inversão parcial desta tendência, com investigadores moçambicanos a assumirem papéis de liderança em estudos financiados por organizações internacionais. Este é um progresso significativo, que indica um crescente reconhecimento da capacidade dos académicos locais. No entanto, a visibilidade internacional desta produção permanece limitada, com poucos artigos publicados em revistas de alto impacto indexadas internacionalmente. Esta limitação não é apenas um problema de acesso a canais de publicação; ela reflecte uma estrutura mais

profunda do sistema global de ciência, que privilegia determinadas formas de conhecimento, determinadas metodologias e determinadas línguas de publicação, marginalizando, muitas vezes, o conhecimento produzido no Sul Global. A invisibilidade do conhecimento moçambicano não é, portanto, um acaso, mas o resultado de um sistema de hierarquias epistemológicas que define o que conta como conhecimento válido.

A análise destes dados à luz do quadro teórico de Zeleza (2016) aprofunda a compreensão deste fenómeno. Zeleza argumenta que uma universidade socialmente comprometida caracteriza-se pela relevância do conhecimento produzido, que deve responder a problemas socialmente significativos. Os estudos identificados, como os de Caetano, Lucas e Muquingue (2022) e Barros (2025), cumprem este critério de forma inequívoca, pois abordam problemas reais da população deslocada. No entanto, eles enfrentam um problema de visibilidade que compromete a sua capacidade de influenciar a acção. Esta tensão entre relevância e visibilidade é uma das contradições centrais que esta tese procura iluminar, pois sugere que a produção de conhecimento relevante não é suficiente; é necessário também que esse conhecimento seja tornado visível e acessível aos decisores políticos, aos actores humanitários e à sociedade em geral.

5.2.1 Convergências e Divergências com a Literatura

A produção académica identificada converge com a literatura internacional em vários aspectos fundamentais, o que valida a qualidade e a pertinência do conhecimento produzido. Em primeiro lugar, os estudos de Caetano, Lucas e Muquingue (2022) e de Barros (2025) adoptam uma conceptualização multidimensional da reintegração social, alinhada com as propostas de Zetter (2019) e da IOM (2023). Ambos os estudos reconhecem que a reintegração não se reduz ao reassentamento físico, envolvendo dimensões económicas, sociais, culturais e psicológicas. Esta convergência é importante porque demonstra que os académicos moçambicanos estão a par dos debates internacionais mais avançados e são capazes de aplicar esses quadros conceptuais ao seu próprio contexto.

Em segundo lugar, a ênfase na dimensão psicossocial, particularmente evidente no estudo de Henriques (2025) sobre a convivência em Pemba, reflecte a crescente atenção que a literatura internacional tem dedicado aos impactos emocionais e relacionais do deslocamento forçado (Summerfield, 1999). A constatação de que as tensões entre deslocados e comunidades acolhedoras são um factor crítico para o sucesso ou fracasso da reintegração é corroborada

por estudos comparativos (Crisp & Long, 2021). Esta convergência indica que a academia moçambicana está a produzir conhecimento que não só é relevante localmente, mas que também contribui para o debate internacional sobre o fenómeno da reintegração.

No entanto, identificam-se também divergências significativas que apontam para as especificidades do contexto moçambicano e para as lacunas na produção de conhecimento. Enquanto a literatura internacional tem produzido um número considerável de estudos longitudinais e avaliativos sobre reintegração (Hammond, 2014), a produção moçambicana caracteriza-se por uma predominância de estudos transversais e descritivos. A ausência de avaliações de impacto sistemáticas, já apontada como lacuna na revisão da literatura, é confirmada pelos resultados empíricos: nenhum dos documentos analisados apresenta uma avaliação rigorosa dos resultados das intervenções académicas a médio ou longo prazo. Esta divergência não é meramente metodológica; ela reflecte a falta de recursos e de capacidade técnica para realizar estudos longitudinais, bem como a ausência de incentivos para este tipo de investigação. A predominância de estudos transversais, embora útil para descrever o fenómeno num determinado momento, é insuficiente para compreender os processos de mudança ao longo do tempo, o que é essencial para a análise da reintegração, um processo que, por definição, se desenrola ao longo de anos.

5.2.2 A Questão da Relevância Social do Conhecimento Produzido

Um dos critérios propostos por Zeleza (2016) para avaliar o papel das universidades em contextos africanos é a relevância social do conhecimento produzido. Os resultados desta pesquisa sugerem que a produção académica sobre Cabo Delgado tem sido, em geral, relevante do ponto de vista temático, respondendo a problemas reais da população deslocada. No entanto, esta relevância temática não se traduz automaticamente em relevância prática, ou seja, na capacidade do conhecimento para informar políticas e orientar intervenções. Os dados revelam uma fragilidade significativa na tradução do conhecimento académico em políticas públicas e intervenções práticas, o que aponta para um desfasamento entre a produção de conhecimento e a sua utilização.

O depoimento de um participante (UL03) é elucidativo a este respeito, ao afirmar que as universidades estão distantes da causa dos deslocados e que quase não existe movimento solidário das universidades na reintegração, mas que elas aparecem quando é para estudos para obter informação científica. Esta crítica, embora severa, aponta para uma tensão

fundamental que atravessa a relação entre universidade e sociedade em Moçambique. Por um lado, a academia é solicitada a produzir conhecimento sobre problemas sociais, frequentemente mediante financiamento externo para investigação aplicada. Por outro lado, a mesma academia é acusada de se aproximar das comunidades apenas para extrair dados, sem um compromisso sustentado com a transformação das condições de vida dessas comunidades.

Esta tensão pode ser analisada à luz do conceito de "investigação extractiva", que se caracteriza pela recolha de dados sem a devida devolução dos resultados às comunidades e sem um envolvimento genuíno na resolução dos seus problemas. O depoimento do participante sugere que esta prática é percebida como predominante na relação entre a academia e as comunidades afectadas pela crise. Macamo (2006) oferece uma pista para resolver esta tensão, ao defender uma "investigação engajada" em que os académicos trabalham em parceria com as comunidades desde a definição do problema até à implementação e avaliação das soluções. Esta abordagem, que se alinha com o modelo de extensão participativa, reconhece que a produção de conhecimento não é um fim em si mesma, mas um meio para a transformação social. Os resultados desta pesquisa indicam que, embora existam exemplos isolados de investigação engajada (nomeadamente nos projectos de extensão da UniLúrio), a prática dominante continua a ser a de uma investigação extractiva, orientada por agendas externas e com limitada participação comunitária, perpetuando o ciclo de subordinação e dependência.

5.3 Extensão Universitária e Intervenção Comunitária

O segundo objectivo específico visava analisar os projectos de extensão universitária e as iniciativas de intervenção comunitária conduzidas pelas universidades moçambicanas junto dos deslocados e das comunidades acolhedoras. A discussão destes resultados à luz da tipologia de Patatas e Veremu (2021) e da teoria do capital social de Bourdieu (1986) e Putnam (2000) permite não apenas compreender a natureza das intervenções, mas também avaliar as suas implicações para a sustentabilidade da reintegração.

5.3.1 Caracterização das Iniciativas de Extensão

Os resultados revelam uma diversidade de iniciativas, com níveis variáveis de estruturação, escala e sustentabilidade. A Universidade Lúrio destaca-se como a instituição com o maior volume documentado de actividades de extensão directamente orientadas para a reintegração.

O programa de apoio psicossocial em Metuge, a formação de mediadores comunitários em Montepuez, e as campanhas de solidariedade constituem exemplos de uma abordagem que Patatas e Veremu (2021) classificariam como extensão participativa, ainda que com elementos de extensão assistencial e educativa. A Universidade Rovuma, por seu turno, apresenta um modelo distinto, centrado na inclusão educativa através do programa de bolsas para jovens deslocados, uma iniciativa que se alinha com o que Zeleza (2016) considera uma função central da universidade socialmente comprometida: a acessibilidade institucional para grupos historicamente excluídos. A Universidade Eduardo Mondlane e a Universidade Católica de Moçambique apresentam uma presença menos intensa em termos de extensão directa, concentrando a sua contribuição na produção de conhecimento.

Esta diferenciação institucional sugere que diferentes universidades moçambicanas têm desenvolvido respostas distintas à crise, reflectindo os seus posicionamentos estratégicos, capacidades institucionais e localizações geográficas. A UniLúrio, por estar geograficamente mais próxima da crise, desenvolveu uma resposta mais focada na intervenção directa, enquanto a UEM, sediada no sul do país, concentrou-se na produção de conhecimento e na influência política. Esta divisão de funções, embora não formalizada, pode ser vista como uma adaptação às diferentes capacidades e localizações das instituições. No entanto, esta fragmentação também levanta a questão da coordenação e da complementaridade entre as diferentes iniciativas. Será que a soma destas partes constitui uma resposta coerente e eficaz à crise? Os dados sugerem que não, pois a falta de coordenação sistemática resulta em sobreposições, lacunas e desperdício de recursos, como será discutido nas secções seguintes.

5.3.2 Análise à Luz da Tipologia de Extensão Universitária

Retomando a tipologia proposta por Patatas e Veremu (2021), que distingue extensão assistencial, educativa e participativa, procede-se à classificação das iniciativas identificadas. A extensão assistencial (provisão de bens e serviços) está presente nas campanhas de solidariedade realizadas pela UniLúrio e por outras universidades. Embora importante em contextos de emergência humanitária, este modelo tende a criar relações assimétricas entre a universidade provedora e as comunidades beneficiárias, como notou um participante (OSC02) ao afirmar que as doações pontuais são necessárias, mas não criam capacidades duradouras. Esta constatação é consistente com a crítica de Zetter (2019) ao modelo assistencial, que pode perpetuar ciclos de dependência e desempoderamento.

A extensão educativa (formação e capacitação) é a modalidade mais frequente entre as iniciativas identificadas. Os cursos de formação de mediadores comunitários (UniLúrio), as oficinas de formação cívica (UniRovuma) e os seminários para agentes comunitários (UEM) enquadram-se nesta categoria. A vantagem deste modelo reside na sua potencial sustentabilidade: ao capacitar actores locais, cria-se capacidade endógena que persiste para além da intervenção universitária. No entanto, esta sustentabilidade é condicionada pela qualidade da formação e pela existência de mecanismos de supervisão e apoio contínuo, que, como os dados revelam, são frequentemente inexistentes.

A extensão participativa (coprodução de conhecimento e soluções com as comunidades) é a modalidade menos frequente, mas também a mais promissora. O programa de mediação comunitária da UniLúrio, que envolveu lideranças locais na identificação de problemas e no desenho das intervenções, aproxima-se deste modelo. O relato de um participante (UL02), ao afirmar que não foram eles que decidiram o que fazer, mas que se sentaram com os líderes comunitários, ouviram as suas prioridades e construíram o programa juntos, é paradigmático desta abordagem. Esta abordagem reconhece que as comunidades não são recipientes vazios de conhecimento, mas detêm saberes valiosos que devem ser integrados. Os resultados sugerem que, embora haja avanços na direcção de uma extensão mais participativa, a prática dominante nas universidades moçambicanas ainda se situa predominantemente nos modelos assistencial e educativo, o que é consistente com a literatura sobre extensão universitária em África, que aponta para a persistência de modelos tradicionais de transferência de conhecimento, com limitada participação comunitária (Patatas & Veremu, 2021).

5.3.3 Escala e Sustentabilidade das Intervenções

Uma limitação recorrentemente apontada pelos participantes foi a escala reduzida das intervenções face à magnitude da crise. O programa de bolsas da UniRovuma beneficiou 45 jovens; a formação de mediadores comunitários atingiu 25 pessoas; os seminários da UEM capacitaram 60 agentes. Embora estes números representem impactos reais na vida das pessoas envolvidas, são manifestamente insuficientes para responder às necessidades de mais de um milhão de deslocados. Esta discrepância entre a escala da intervenção e a escala da crise é dramática e levanta questões profundas sobre a eficácia e a relevância da intervenção académica. A sustentabilidade das intervenções constitui outra fragilidade identificada. Muitas das iniciativas documentadas dependiam de financiamento externo (organizações internacionais, cooperação bilateral) e foram descontinuadas após o término dos projectos.

Um participante da UniRovuma (UR03) reconheceu que, quando o projecto do ACNUR acabou, não tiveram recursos para continuar o programa de bolsas, e alguns alunos tiveram de interromper os estudos. Esta descontinuidade é um obstáculo grave à reintegração sustentável, pois interrompe processos que exigem continuidade e previsibilidade.

Esta dependência de financiamento externo é consistente com a análise de Zeleza (2016), para quem a sustentabilidade financeira é um dos principais desafios das universidades africanas. A inexistência de linhas de orçamento público regulares para actividades de extensão limita a capacidade das universidades de manter intervenções para além do ciclo de projectos com financiamento externo. Esta situação coloca as universidades numa posição de subordinação face aos financiadores externos, que definem as agendas e as prioridades, frequentemente em desalinhamento com as necessidades locais. A dependência de financiamento externo compromete não apenas a sustentabilidade, mas também a autonomia e a relevância das intervenções.

5.4 Formação e Capacitação como Estratégia de Reintegração

O terceiro objectivo específico consistia em examinar as acções de formação e capacitação desenvolvidas por académicos, com impacto no fortalecimento de competências locais e na promoção da convivência pacífica. A discussão destes resultados revela que esta é a área de intervenção académica mais robusta, mas também a que enfrenta os maiores desafios em termos de adequação e sustentabilidade.

5.4.1 Contribuições para o Fortalecimento de Competências Locais

Os resultados indicam que a formação e capacitação constituem a área de intervenção académica mais robusta, tanto em número de iniciativas como em diversidade de abordagens. A formação de mediadores comunitários pela UniLúrio, a capacitação de professores pela UP, e os cursos sobre direitos humanos pela UCM representam investimentos na construção de capital humano local. Bourdieu (1986) e Putnam (2000) argumentam que o capital humano e social são factores críticos para a resiliência comunitária em contextos de crise. Ao capacitar actores locais, as universidades contribuem para a criação de uma infra-estrutura social que pode sustentar o processo de reintegração para além da sua intervenção directa.

Um participante da OSC (OSC02) reconheceu este efeito multiplicador, ao afirmar que as formações que a universidade deu aos mediadores comunitários tiveram um efeito multiplicador e que hoje esses mediadores continuam a trabalhar independentemente, o que é um exemplo de reintegração sustentável. Esta percepção é corroborada pela literatura. Crisp e Long (2021) argumentam que as intervenções de capacitação tendem a produzir impactos mais duradouros do que as intervenções assistenciais, porque transferem agência e recursos para as próprias comunidades afectadas. O efeito multiplicador da formação é um exemplo de construção de capital social de ligação (bonding), nos termos de Putnam, que fortalece os laços dentro da comunidade e aumenta a sua capacidade colectiva. No entanto, este efeito multiplicador não é automático. Ele depende da qualidade da formação, da adequação dos conteúdos e da existência de sistemas de apoio contínuo. A ausência destes factores pode comprometer o efeito multiplicador e reduzir a formação a um evento isolado, sem impacto duradouro.

5.4.2 Integração de Conteúdos sobre Conflito nos Currículos Académicos

Para além das acções de formação específicas, os resultados revelaram iniciativas de integração de conteúdos sobre deslocamento forçado e reintegração social nos currículos regulares de cursos de graduação e pós-graduação. A UniRovuma, por exemplo, introduziu módulos sobre conflitos e construção de paz no mestrado em Desenvolvimento Comunitário. A UniLúrio incorporou tópicos sobre apoio psicossocial em situações de emergência no curso de Psicologia. Esta integração curricular, embora ainda incipiente, responde à recomendação de Zeleza (2016) e Pereira (2020) no sentido de reformular os currículos académicos africanos para responder aos desafios concretos das sociedades em que as universidades se inserem. Ao formar profissionais com competências específicas para actuar em contextos de crise, as universidades contribuem para a criação de uma massa crítica de especialistas moçambicanos que podem liderar futuras intervenções de reintegração. Esta estratégia é particularmente promissora porque é sustentável: não depende de financiamento externo e integra-se na missão regular de ensino da universidade.

No entanto, a escala desta integração curricular permanece limitada. A maioria dos cursos superiores em Moçambique continua a não incluir conteúdos sobre gestão de crises, reintegração ou construção de paz, mesmo em áreas como Serviço Social, Psicologia ou Ciência Política. Esta lacuna representa uma oportunidade desperdiçada para preparar as futuras gerações de profissionais para responder aos desafios de um país que tem enfrentado

múltiplos episódios de conflito e crise humanitária. A integração curricular não deve ser uma iniciativa isolada de algumas disciplinas, mas uma política institucional transversal, que prepare todos os estudantes para compreender e responder aos desafios do seu contexto social.

5.4.3 Desafios na Formação de Recursos Humanos

Os participantes identificaram vários desafios na área da formação. O primeiro é a dificuldade de recrutar participantes para acções de capacitação em contextos de insegurança. Um docente da UniLúrio (UL01) relatou que, em algumas zonas, as pessoas tinham medo de se deslocar para os locais de formação, tendo sido necessário cancelar duas edições do curso por falta de segurança. Este desafio de segurança é um obstáculo logístico que limita o alcance das formações. O segundo desafio é a adequação dos conteúdos formativos às realidades locais. Um participante da UEM (UEM02) observou que muitos materiais de formação são traduzidos ou adaptados de contextos estrangeiros (Colômbia, Afeganistão) e nem sempre captam as especificidades cabo-delgadenses. Esta observação reforça a crítica de Macamo (2006) à importação acrítica de modelos teóricos e práticos, e sublinha a necessidade de desenvolver materiais de formação a partir das experiências e saberes locais. O terceiro desafio é a sustentabilidade: as acções de formação tendem a ser pontuais, sem continuidade ou seguimento. A formação de mediadores comunitários é importante, mas sem supervisão contínua, reciclagem e apoio, a qualidade da mediação pode deteriorar-se ao longo do tempo, comprometendo o investimento em capital humano.

5.5 Participação em Fóruns Públicos e Influência nas Políticas

O quarto objectivo específico visava avaliar a participação dos académicos em fóruns públicos, políticas governamentais e redes de colaboração, investigando o seu contributo para o debate social e para a formulação de políticas de reintegração. A discussão destes resultados revela que a participação é pontual e aquém do potencial, devido a barreiras estruturais, culturais e políticas que estruturam a relação entre a academia e o governo.

5.5.1 Evidências de Participação Académica

Os resultados revelam uma participação pontual, fragmentada e aquém do potencial. Foram identificados exemplos de participação académica em instâncias de formulação de políticas: docentes da UEM e da UniLúrio integraram o Grupo de Trabalho Interinstitucional sobre

Deslocados Internos; a UCM contribuiu para a elaboração da Estratégia Nacional de Reintegração; investigadores participaram em audiências públicas na Assembleia da República. Estes exemplos demonstram que a academia tem sido reconhecida, em alguns momentos, como uma fonte de conhecimento relevante para a formulação de políticas. No entanto, a generalidade dos participantes caracterizou esta participação como excepcional e dependente de convites discricionários, e não como uma prática institucionalizada. Um participante (UEM03) afirmou que são chamados pontualmente, normalmente quando há um financiamento externo que exige consulta a peritos, e que não existe um mecanismo regular de consulta à academia.

Esta percepção é consistente com a análise de Macamo (2006) sobre a relação entre ciência social e políticas públicas em África. O autor argumenta que a fraca articulação entre academia e governos reflecte, por um lado, a desconfiança dos decisores políticos face ao conhecimento académico (considerado abstracto ou irrelevante) e, por outro, a falta de proactividade dos académicos na comunicação dos seus resultados. Esta desconfiança mútua é um dos principais obstáculos à construção de parcerias produtivas entre a academia e o governo.

5.5.2 Análise das Barreiras à Influência nas Políticas

A literatura identifica múltiplas barreiras à influência da academia nas políticas públicas, muitas das quais se verificam no caso moçambicano. Zeleza (2016) aponta a diferença de temporalidades: a investigação académica é lenta, enquanto os decisores políticos precisam de respostas rápidas. Pereira (2020) acrescenta a questão da acessibilidade: os resultados da pesquisa são publicados em revistas científicas de acesso restrito ou em relatórios extensos que os decisores políticos não têm tempo para ler. Para além destas barreiras gerais, emergiram dos dados barreiras específicas do contexto moçambicano. A centralização da tomada de decisão em Maputo, apesar do processo de descentralização em curso, limita a participação de académicos baseados no norte do país. A cultura organizacional governamental, caracterizada pela desconfiança face às contribuições externas, leva os decisores a preferirem consultores internacionais, frequentemente com custos elevados, em vez de aproveitarem o conhecimento académico local. Finalmente, a falta de massa crítica de académicos moçambicanos com formação especializada em estudos sobre paz, conflito e reintegração dificulta a formação de uma comunidade epistémica com capacidade para influenciar consistentemente o debate político.

5.5.3 O Paradoxo da "Extracção de Conhecimento"

Um tema recorrente nas entrevistas foi o que se pode designar como o "paradoxo da extracção de conhecimento": as organizações internacionais e, por vezes, o governo, recorrem aos académicos moçambicanos para produzir conhecimento, mas raramente incorporam as recomendações desses estudos nas políticas ou intervenções. Um participante (UEM02) expressou esta frustração ao afirmar que produzem relatórios de centenas de páginas com recomendações detalhadas, mas que, no final, o que interessa ao financiador é o 'deliverable', e as recomendações ficam na gaveta. Esta crítica ecoa a análise de Macamo (2006) sobre a instrumentalização da ciência social africana por agendas externas. O conhecimento é extraído, mas não é reinvestido na transformação das condições que ele próprio identificou como problemáticas. Para romper este ciclo, o autor defende a necessidade de os académicos africanos assumirem um papel mais activo na definição das agendas de investigação e na negociação dos termos da sua participação.

5.6 Articulação entre Iniciativas Académicas e Políticas Públicas

O quinto e último objectivo específico consistia em analisar a articulação entre as iniciativas académicas e as políticas públicas de reintegração social. A discussão destes resultados revela que a articulação é fraca, fragmentada e assimétrica, com consequências directas para a qualidade e eficácia da reintegração.

5.6.1 Diagnóstico da Articulação Existente

O diagnóstico que emerge dos dados é inequívoco: a articulação é fraca, fragmentada e assimétrica. Doze dos dezoito participantes classificaram-na como "fraca ou inexistente", cinco como "pontual e dependente de projectos", e apenas três consideraram que houve melhoria nos últimos anos. As evidências documentais reforçam este diagnóstico. A Estratégia Nacional de Reintegração Socioeconómica das Vítimas do Terrorismo (2023) menciona a contribuição da UCM na sua elaboração, mas não estabelece mecanismos de colaboração contínua com as universidades. Os relatórios institucionais das universidades raramente referem interacções com órgãos governamentais para além de participações pontuais em grupos de trabalho. Esta fraca articulação tem consequências empíricas relevantes. O conhecimento produzido pela academia não informa as políticas públicas, resultando em intervenções que poderiam ser mais eficazes se baseadas em evidências. As

universidades perdem a oportunidade de orientar a sua investigação e extensão para as prioridades identificadas pelo governo, resultando num desalinhamento entre oferta académica e procura política.

5.6.2 Factores Explicativos da Fraca Articulação

A análise dos dados permite identificar múltiplos factores explicativos para a fraca articulação entre academia e políticas públicas. O factor estrutural diz respeito à fragilidade institucional do Estado moçambicano, particularmente em contextos de crise, que limita a sua capacidade de absorver e utilizar conhecimento académico. As agências governamentais responsáveis pela reintegração estão sobrecarregadas, subfinanciadas e com elevada rotatividade de pessoal. O factor cultural refere-se à cultura de desconfiança mútua entre academia e governo, com as propostas de colaboração a serem frequentemente ignoradas. O factor metodológico diz respeito ao desfasamento entre os formatos de comunicação académica e as necessidades dos decisores políticos. O factor político decorre da sensibilidade do tema, que leva o governo a ser selectivo na informação que divulga e nos actores que envolve, excluindo, por vezes, académicos com análises críticas.

5.6.3 Consequências da Desarticulação para a Reintegração

A desarticulação entre academia e políticas públicas tem consequências directas para a qualidade e eficácia do processo de reintegração social. Em primeiro lugar, as políticas de reintegração tendem a ser desenhadas com base em pressupostos não testados ou em "melhores práticas" importadas de outros contextos, sem adaptação às especificidades locais. O estudo de Caetano, Lucas e Muquingue (2022) demonstra que as políticas de reassentamento em Moçambique são predominantemente logísticas, negligenciando dimensões culturais e psicológicas que a investigação local identificou como críticas. Em segundo lugar, as iniciativas académicas, por não estarem alinhadas com as prioridades governamentais, correm o risco de serem marginalizadas ou descontinuadas. Em terceiro lugar, a ausência de articulação impede a aprendizagem institucional, resultando na repetição de erros e na não escalabilidade de soluções eficazes.

5.7 Dimensões Transversais Emergentes da Discussão

Para além da análise dos cinco objectivos específicos, a discussão dos resultados revelou dimensões transversais que estruturam a relação entre academia e reintegração social em Cabo Delgado.

5.7.1 Assimetrias de Poder no Sistema de Conhecimento

Uma dimensão transversal que emerge da discussão é a das assimetrias de poder que estruturam a produção e utilização de conhecimento sobre o conflito em Cabo Delgado. Macamo (2006) e Mamdani (2019) têm analisado como o sistema global de ciência reproduz hierarquias coloniais, com os investigadores do Norte Global a definirem agendas e critérios de validade, enquanto os académicos do Sul Global são relegados para papéis subalternos. No caso de Cabo Delgado, estas assimetrias manifestam-se na forma como as organizações internacionais definem as prioridades temáticas, os prazos e os formatos de entrega, enquanto os académicos moçambicanos são contratados como consultores, mas raramente como líderes de projecto ou autores principais. Um participante (UEM01) descreveu esta dinâmica, afirmando que fazem o trabalho de campo e escrevem os relatórios, mas que o conhecimento que produzem não é reconhecido como seu. Esta crítica aponta para a necessidade de repensar as relações de parceria, de modo a garantir que os académicos locais sejam reconhecidos como produtores legítimos de conhecimento.

5.7.2 Tensão entre Conhecimento Global e Conhecimento Local

Outra tensão recorrente diz respeito à adequação do conhecimento produzido às realidades locais. Vários participantes notaram que os quadros teóricos e metodológicos importados nem sempre captam as especificidades culturais, sociais e políticas de Cabo Delgado. A aplicação do conceito de "radicalização", dominante na literatura internacional, foi criticada como redutora, por não considerar as dimensões de exclusão económica e marginalização política. Um pesquisador da UEM (UEM01) argumentou que os modelos internacionais falam em conceitos como "resiliência", "empoderamento" e "capital social", mas que estes conceitos precisam de ser preenchidos com conteúdo local. Esta tensão remete para o debate sobre a universalidade versus contextualidade do conhecimento. A posição defendida por Macamo (2006) é a de que o conhecimento global e local devem ser articulados dialecticamente, com os conceitos globais a serem traduzidos para os contextos locais.

5.7.3 Implicações para a Teoria da Paz Positiva

Os resultados desta pesquisa têm implicações relevantes para a teoria da paz positiva de Galtung (1969, 1998). Galtung argumenta que a paz não se limita à ausência de violência directa (paz negativa), mas implica a eliminação das violências estruturais e culturais que geram desigualdade e exclusão. As iniciativas académicas analisadas tendem a operar predominantemente no âmbito da paz negativa, concentrando-se em mitigar os efeitos imediatos do conflito, mas raramente abordando as causas estruturais do conflito. A produção de conhecimento crítico sobre estas causas não se traduz em transformação estrutural, devido à desarticulação entre academia e políticas. Para que a contribuição da academia se alinhe com os imperativos da paz positiva, é necessário ir além da mitigação de danos e envolver-se na advocacia por mudanças políticas estruturais.

5.8 Convergências, Divergências e Contribuições Originais do Estudo

O presente estudo converge com a literatura internacional em vários aspectos fundamentais, como a multidimensionalidade da reintegração (Zetter, 2019; IOM, 2023), a importância do capital social (Bourdieu, 1986; Putnam, 2000), e o potencial transformador da academia africana (Zeleza, 2016; Macamo, 2006). A fragilidade da articulação academia-políticas é também confirmada no contexto moçambicano. O estudo também produz divergências e contribuições originais. A especificidade do contexto cabo-delgadense, a invisibilidade sistémica da academia moçambicana, o paradoxo da extracção de conhecimento, e a tipologia das modalidades de intervenção académica são contribuições originais para a compreensão do fenómeno. As limitações do estudo, incluindo a limitação temporal, geográfica e da amostra, devem ser consideradas na interpretação dos resultados.

6 CONCLUSÃO

A presente investigação teve como objectivo central analisar a contribuição dos académicos moçambicanos na reintegração social das populações deslocadas pelo conflito armado em Cabo Delgado, entre 2017 e 2024, procurando compreender como a academia, enquanto sistema, e os académicos, na sua singularidade, conseguiram integrar as suas iniciativas de pesquisa, ensino e extensão às necessidades locais, influenciando as políticas públicas de reintegração.

O percurso investigativo, alicerçado numa abordagem qualitativa e num estudo de caso que triangulou a análise documental de 27 fontes com 18 entrevistas semiestruturadas, permitiu construir um retrato empírico e teoricamente fundamentado de um fenómeno ainda pouco explorado na literatura nacional. Os resultados alcançados demonstram que a academia moçambicana, embora tenha conseguido uma integração parcial e substantiva às necessidades das populações deslocadas, enfrenta fragilidades estruturais que limitam o alcance e a sustentabilidade da sua acção.

A investigação confirma a hipótese de partida, de acordo com a qual a contribuição dos académicos moçambicanos no processo de reintegração social se tem mostrado fundamental, mas ainda subvalorizada, especialmente no que diz respeito à articulação das iniciativas académicas com as políticas públicas. Esta confirmação emerge da análise detalhada de três dimensões-chave da missão universitária.

No domínio da produção de conhecimento, a academia demonstrou capacidade para gerar estudos e diagnósticos contextualmente relevantes, como os de Caetano, Lucas e Muquingue (2022) e Barros (2025), que captam com sensibilidade as dimensões culturais e psicossociais do deslocamento. Contudo, a visibilidade e a influência deste conhecimento permanecem limitadas, devido a barreiras de comunicação e à predominância de uma lógica de "extracção de conhecimento" por parte de organizações internacionais e do governo.

No domínio da extensão universitária, iniciativas como o apoio psicossocial em Metuge e o programa de bolsas para jovens deslocados demonstram o potencial transformador da academia, sendo valorizadas pelas comunidades e gerando efeitos multiplicadores, como a continuidade do trabalho de mediadores comunitários. No entanto, a escala reduzida das

intervenções, a dependência crítica de financiamento externo e a descontinuidade dos projectos revelam a fragilidade estrutural do modelo de extensão predominante.

No domínio da formação e capacitação, as acções desenvolvidas pelas universidades contribuíram para o fortalecimento de competências locais e para a promoção da convivência pacífica, com a integração de conteúdos sobre conflito nos currículos académicos a representar um avanço promissor. Ainda assim, a falta de sustentabilidade e a adequação dos conteúdos às realidades locais permanecem desafios a superar.

Quanto à influência nas políticas públicas, a articulação entre a academia e o governo revelou-se o elo mais frágil. A participação académica em fóruns públicos e processos de formulação de políticas é pontual, dependente de convites discricionários e desprovida de mecanismos institucionalizados de diálogo. Este desfasamento entre o conhecimento produzido e a sua incorporação nas decisões políticas constitui a principal manifestação da subvalorização da academia.

Respondendo directamente à pergunta de pesquisa, conclui-se que a academia moçambicana conseguiu uma integração parcial às necessidades locais, com realizações significativas, mas também com limitações estruturais inegáveis. A influência nas políticas públicas foi limitada e pontual, reflectindo uma fraca articulação que resulta do desalinhamento entre os tempos, formatos e culturas da academia e do governo. Esta conclusão reforça a tese de que a academia, embora detenha um potencial transformador, não tem sido reconhecida e mobilizada como um parceiro estratégico na resposta à crise, perpetuando-se um ciclo de subutilização do conhecimento local.

A análise dos resultados à luz da teoria da paz positiva de Galtung (1969) permite afirmar que as iniciativas académicas operam predominantemente no âmbito da paz negativa, focando-se na mitigação dos efeitos imediatos do conflito, mas raramente abordando as causas estruturais que o geraram. A produção de conhecimento crítico sobre estas causas, embora existente, não se traduz em transformação estrutural devido à desarticulação entre academia e políticas. Esta constatação sublinha que a contribuição da academia, para ser verdadeiramente transformadora, deve transcender o papel de produtora de conhecimento e assumir um papel activo na advocacia por mudanças políticas e na construção de uma paz positiva e duradoura.

O estudo, ao dar visibilidade às iniciativas académicas e ao identificar os factores que potenciam ou limitam o seu impacto, oferece um contributo original para a compreensão do papel das universidades em contextos de crise. A tese demonstra que a academia moçambicana não é um actor neutro ou periférico, mas uma instituição com um papel fundamental a desempenhar, desde que superadas as barreiras que actualmente limitam a sua acção. A confirmação da hipótese de partida, ao evidenciar a subvalorização da academia, constitui um alerta para a necessidade de repensar a relação entre universidade, Estado e sociedade, promovendo uma articulação que valorize o conhecimento local e o integre na construção de políticas públicas baseadas em evidências.

A esperança que anima esta investigação não é ingénua, ela é fundamentada na observação de que, apesar de todas as dificuldades, a academia moçambicana tem demonstrado uma capacidade de resposta que merece ser reconhecida e potenciada. A tese que aqui se conclui é, acima de tudo, um tributo a essa capacidade e um convite à reflexão sobre o papel que a academia pode e deve desempenhar na construção de um Moçambique mais justo e pacífico.

7 RECOMENDAÇÕES

O percurso investigativo realizado ao longo desta tese, ancorado na triangulação entre a análise documental de 27 fontes institucionais e académicas e as narrativas de 18 actores-chave, não se limitou a diagnosticar as fragilidades e potencialidades da contribuição académica para a reintegração social em Cabo Delgado. Mais do que isso, o estudo permitiu identificar um conjunto de caminhos concretos que podem ser trilhados para superar as barreiras identificadas e potenciar o impacto da academia, transformando-a de um actor reactivo e fragmentado num agente proactivo e articulado de transformação social. As recomendações que se seguem emergem diretamente da discussão teórica e empírica realizada, traduzindo as percepções, as experiências e as propostas dos 18 entrevistados docentes, pesquisadores, gestores universitários, representantes de organizações da sociedade civil e de organizações internacionais, bem como as evidências documentais analisadas. Não pretendem ser um receituário dogmático ou uma lista de intenções genéricas. Pelo contrário, constituem um conjunto de propostas realistas, contextualizadas e fundamentadas nos dados, que visam contribuir para a construção de uma resposta mais eficaz, sustentável e socialmente justa à crise humanitária em Cabo Delgado. A sua estruturação dirige-se aos diferentes atores envolvidos no processo as universidades moçambicanas, o Governo de Moçambique, as

organizações internacionais e a própria comunidade académica, reconhecendo que a superação dos desafios identificados exige um esforço concertado e multidimensional, onde cada actor assume responsabilidades específicas, mas todos convergem para um objectivo comum: a construção de uma paz positiva e duradoura.

No que concerne às universidades moçambicanas, a primeira e mais fundamental recomendação decorre da constatação, amplamente documentada nos resultados, de que o modelo de extensão universitária predominante é estruturalmente frágil, dependente de financiamento externo e descontinuado após o término dos projectos. Esta fragilidade estrutural, que se traduz na incapacidade de planear e executar intervenções de longo prazo, exige uma transformação profunda do paradigma de extensão. As universidades devem transcender o modelo de extensão baseado em projectos pontuais e financiamento externo, e institucionalizar a extensão como uma missão estratégica permanente, a par do ensino e da investigação. Esta institucionalização não pode ser meramente retórica; ela deve traduzir-se em medidas concretas, tais como a criação de departamentos ou gabinetes de extensão com dotação orçamental regular e previsível, a contratação de pessoal qualificado dedicado exclusivamente a actividades de extensão, e a elaboração de planos estratégicos de longo prazo que integrem a extensão como um pilar central da identidade institucional. A extensão não pode continuar a ser uma actividade periférica, dependente da boa vontade de alguns docentes ou da disponibilidade de fundos externos instáveis, que são frequentemente condicionados por agendas que não reflectem as prioridades locais. A sua integração no planeamento estratégico das universidades é uma condição indispensável para que a resposta à crise seja contínua, sustentável e capaz de gerar impactos duradouros, rompendo com o ciclo de descontinuidade que atualmente caracteriza a maioria das intervenções. Esta institucionalização implica também a criação de sistemas de monitorização e avaliação contínua, que permitam às universidades aprender com a sua própria experiência e ajustar as suas intervenções com base em evidências, em vez de dependerem de avaliações externas pontuais ou de relatórios de prestação de contas que raramente informam a prática futura.

Paralelamente, a formação de uma massa crítica de especialistas moçambicanos em gestão de crises, reintegração social e construção da paz emerge como uma necessidade premente dos dados da pesquisa. A constatação de que o número de académicos com formação específica nestas áreas é insuficiente para responder à magnitude dos desafios, e de que muitos dos que actuam no terreno o fazem com base na sua experiência prática e na sua boa vontade, mas

sem a formação teórica e metodológica adequada, exige que as universidades criem programas de pós-graduação dedicados a estas temáticas. Estes programas não devem ser meramente académicos, no sentido de se limitarem à transmissão de conhecimento teórico; eles devem ser desenhados com currículos que integrem teoria e prática, que incluam estágios em organizações que actuam no terreno, e que preparem os estudantes para actuar em contextos de crise com competência técnica, sensibilidade ética e capacidade de resposta. A colaboração com as comunidades e com as organizações que actuam no terreno na concepção destes currículos é essencial para garantir a sua relevância prática, pois o conhecimento sobre a reintegração não pode ser produzido no isolamento da torre de marfim; ele deve ser coproduzido com os actores que vivem e trabalham no terreno. A formação de quadros especializados não é apenas um investimento na capacidade de resposta futura, mas uma condição para a construção de uma inteligência nacional sobre o conflito e a paz, que permita a Moçambique responder às suas próprias crises com base no seu próprio conhecimento, e não na importação acrítica de modelos externos. Esta é uma dimensão fundamental da soberania epistemológica, que deve ser uma preocupação central das universidades moçambicanas.

A ausência de avaliação sistemática de impacto das intervenções académicas, identificada como uma lacuna crítica na pesquisa e amplamente discutida na literatura sobre reintegração (Crisp & Long, 2021; Zetter, 2019), deve ser colmatada através do desenvolvimento de mecanismos rigorosos de monitorização e avaliação. As universidades devem investir na formação dos seus docentes em metodologias de avaliação de impacto, tanto quantitativas como qualitativas, e destinar recursos para a realização de estudos que avaliem os efeitos das suas intervenções a curto, médio e longo prazo. Esta avaliação não deve ser vista como uma exigência burocrática dos financiadores, mas como uma prática intrínseca à própria missão da universidade, que é a de produzir conhecimento que contribua para a melhoria da qualidade de vida das populações. A avaliação de impacto permite identificar o que funciona, o que não funciona e porquê, permitindo a correção de rumos com base em evidências e a disseminação de boas práticas. A sistematização dessas boas práticas, através da criação de repositórios digitais, plataformas de partilha e publicações dedicadas, é igualmente essencial para promover a aprendizagem institucional e evitar a duplicação de esforços, pois a aprendizagem a partir da experiência é um dos mais poderosos motores de melhoria, e a sua ausência perpetua ciclos de erro e ineficiência. A criação de uma cultura de avaliação nas universidades moçambicanas é um passo fundamental para a profissionalização da extensão e para a credibilidade da academia como actor relevante na resposta a crises. Ademais, a integração de

conteúdos sobre deslocamento forçado, gestão de conflitos, direitos humanos e mediação comunitária nos currículos regulares dos cursos de graduação, particularmente nas áreas de ciências sociais, psicologia, serviço social e ciência política, deve ser acelerada e aprofundada. Esta integração curricular deve deixar de ser uma iniciativa isolada de algumas disciplinas, dependente da sensibilidade de alguns docentes, para se tornar uma política institucional transversal que prepare todos os estudantes para compreender e responder aos desafios do seu contexto social. A formação de profissionais sensíveis a estas questões é um investimento de longo prazo na capacidade do país para construir uma paz duradoura, pois são estes profissionais que, no futuro, ocuparão posições de liderança no governo, nas organizações da sociedade civil e nas próprias universidades.

No que se refere ao Governo de Moçambique, a criação de mecanismos institucionalizados de diálogo e consulta sistemática com a academia constitui a recomendação mais urgente e, simultaneamente, a mais complexa de implementar, pois exige uma mudança cultural profunda na relação entre o Estado e a academia. Estes mecanismos podem assumir a forma de conselhos consultivos, grupos de trabalho temáticos, comités técnicos ou plataformas de interface, como proposto por Macamo (2006), mas a sua eficácia não depende apenas da sua existência formal, mas da sua operacionalização efectiva. Estes mecanismos não devem ser uma prática pontual, dependente de financiamento externo ou de convites discricionários, mas sim uma prática institucionalizada, com agendas regulares, objectivos claros e procedimentos transparentes. A participação de académicos moçambicanos na definição de políticas públicas representa uma forma de valorizar o conhecimento local, de garantir a relevância das intervenções e de construir políticas baseadas em evidências, superando a cultura de desconfiança mútua diagnosticada na pesquisa. O governo deve reconhecer que a academia não é um actor externo que deve ser consultado apenas quando necessário, mas um parceiro estratégico na construção de respostas sustentáveis à crise. Esta parceria estratégica implica que o governo não só consulte os académicos, mas também os integre nos processos de decisão, atribuindo-lhes um papel activo na formulação, implementação e avaliação das políticas. A construção de uma ponte sistemática entre a pesquisa e a política, como reivindicado por vários participantes, não é uma questão de boa vontade, mas de desenho institucional.

Paralelamente, o governo deve reconhecer a extensão universitária como uma função de interesse público e, como tal, alocar recursos regulares do orçamento do Estado para o seu

financiamento. Esta alocação de recursos não deve substituir os fundos externos, mas complementá-los, garantindo uma base de sustentabilidade que permita às universidades planear intervenções de longo prazo, independentemente dos ciclos de financiamento dos doadores internacionais. A alocação de recursos públicos para a extensão é um investimento na capacidade do país para responder às suas próprias crises, reduzindo a dependência de financiamento externo e fortalecendo a soberania nacional na formulação de respostas. O governo deve reconhecer que a extensão universitária não é uma actividade menor ou acessória, mas uma função tão importante como o ensino e a investigação, e que o seu financiamento é uma responsabilidade do Estado. A criação de um fundo nacional para a extensão universitária, gerido de forma transparente e com critérios de alocação baseados na relevância social dos projectos, poderia ser um mecanismo eficaz para garantir a sustentabilidade e a qualidade das intervenções. A facilitação do acesso da academia aos territórios e aos dados oficiais, através da simplificação de procedimentos burocráticos, é igualmente uma condição essencial para a produção de conhecimento contextualmente relevante e para a monitorização das políticas públicas. As dificuldades de acesso relatadas pelos participantes não são meros inconvenientes logísticos; elas representam barreiras substantivas à produção de conhecimento e à intervenção eficaz. O governo deve criar procedimentos simplificados e transparentes para a autorização de trabalho de campo, e deve disponibilizar dados desagregados sobre a população deslocada, respeitando as normas de protecção de dados, mas sem criar obstáculos burocráticos que impeçam a investigação.

As organizações internacionais, enquanto principais financiadoras e parceiras das iniciativas académicas, têm uma responsabilidade acrescida na promoção de uma relação mais equitativa e produtiva com a academia moçambicana. A prática de contratar académicos moçambicanos como fornecedores de dados e de os excluir da liderança de projectos e da autoria de publicações, documentada na pesquisa, deve ser revista. Esta prática, que reflecte e perpetua as assimetrias de poder no sistema global de conhecimento, não é apenas injusta, mas também ineficaz, pois desmotiva os académicos locais e impede a construção de capacidade endógena. As organizações internacionais devem promover parcerias equitativas, onde os académicos moçambicanos sejam reconhecidos como parceiros de pleno direito, com capacidade para liderar projectos, definir agendas e publicar os resultados da sua investigação. Esta mudança de paradigma é essencial para romper o ciclo de subalternidade epistemológica e para construir uma relação de verdadeira parceria, baseada no respeito mútuo e no reconhecimento da capacidade local. As organizações internacionais devem investir na capacitação dos

académicos moçambicanos, não como fornecedores de serviços, mas como líderes de projectos, assegurando a transferência de conhecimento e a construção de capacidade institucional. Adicionalmente, as organizações internacionais devem exigir que os projectos financiados não se limitem à produção de relatórios, mas que incluam planos concretos para a incorporação das recomendações académicas nas intervenções. O conhecimento produzido não pode continuar a ser "extraído" e arquivado, como denunciado por vários participantes; ele deve ser activamente utilizado para informar e melhorar a acção. Esta exigência, se aplicada de forma consistente, pode transformar a relação entre financiadores e académicos, transformando-a de uma relação de extracção de dados para uma relação de coprodução de soluções. A criação de mecanismos de feedback que assegurem que as recomendações dos estudos sejam efectivamente consideradas e, quando apropriado, incorporadas nos projectos, é uma prática que deve ser institucionalizada pelas organizações internacionais.

Finalmente, a própria comunidade académica é chamada a assumir uma postura mais proactiva na comunicação dos seus resultados, traduzindo o conhecimento académico em formatos acessíveis e linguisticamente adequados para os decisores políticos, as comunidades e o público em geral, superando a barreira metodológica identificada. A publicação em revistas científicas, embora importante para a validação do conhecimento, é insuficiente para garantir a sua incorporação nas políticas, sendo necessários resumos executivos, *briefings*, artigos de opinião e outros formatos que possam ser lidos e compreendidos por quem tem o poder de decidir. Os académicos devem assumir a responsabilidade de comunicar a sua investigação de forma eficaz, não como uma actividade menor, mas como uma parte essencial do seu trabalho, pois o conhecimento que não é comunicado é um conhecimento que não tem impacto. Esta proactividade na comunicação é uma responsabilidade ética e política dos académicos, que não podem ficar indiferentes ao facto de as suas descobertas não serem utilizadas para melhorar a vida das pessoas. Simultaneamente, a produção de conhecimento crítico sobre as causas estruturais do conflito deve ser acompanhada de um papel mais activo na advocacia por mudanças políticas que abordem essas causas, através da participação em espaços públicos, da produção de análises críticas, da mobilização da sociedade civil e da denúncia de violências estruturais e culturais. Os académicos devem assumir o papel arriscado, mas essencial, de uma universidade comprometida com a justiça social, como argumenta Mamdani (2019), e não se limitar ao papel confortável, mas insuficiente, de produtores de conhecimento que não se envolve nas lutas pela transformação. A fragmentação institucional, por sua vez, pode ser combatida através de uma maior articulação em rede entre

os académicos de diferentes universidades e de diferentes disciplinas, promovendo a interdisciplinaridade e a troca de experiências, multiplicando o impacto das iniciativas individuais e construindo uma resposta mais coesa e integrada. A criação de redes temáticas de investigação e intervenção, que reúnam académicos, estudantes, profissionais e membros da comunidade, pode ser um mecanismo eficaz para superar a fragmentação e para construir uma comunidade epistémica dedicada à construção da paz. Estas redes podem funcionar como espaços de diálogo, de partilha de conhecimentos e de mobilização colectiva, amplificando a voz da academia e aumentando a sua capacidade de influenciar as políticas. A implementação concertada destas recomendações pelos diferentes actores poderá contribuir para superar as fragilidades diagnosticadas e transformar a academia moçambicana num agente proactivo e articulado de transformação social, capaz de influenciar a construção de políticas públicas baseadas em evidências e de promover uma reintegração social mais humana, mais justa e mais sustentável para as populações deslocadas em Cabo Delgado.

8 SUGESTÕES PARA ESTUDOS FUTUROS

A presente investigação, ao analisar a contribuição dos académicos moçambicanos para a reintegração social das populações deslocadas pelo conflito em Cabo Delgado, produziu um conhecimento robusto e empiricamente fundamentado sobre um fenómeno ainda pouco estudado. No entanto, como qualquer investigação científica, este estudo não esgota o seu objeto, antes pelo contrário, ele abre um conjunto de novas questões, suscita novas hipóteses e aponta para direções que merecem ser exploradas em investigações futuras. A complexidade do fenómeno da reintegração social, a multiplicidade de atores envolvidos e a dinâmica do conflito em curso tornam impossível uma compreensão definitiva e acabada, exigindo, assim, um esforço contínuo de investigação que acompanhe a evolução da crise e das respostas a ela. As reflexões que se seguem não pretendem ser uma lista exaustiva de temas a investigar, mas sim um convite à reflexão sobre as lacunas epistemológicas que este estudo identificou e que merecem ser preenchidas por futuras pesquisas. Cada uma das sugestões aqui apresentadas emerge diretamente dos resultados, da discussão e das limitações da presente investigação, e representa um caminho possível para o aprofundamento do conhecimento sobre a reintegração social em contextos de conflito e sobre o papel das universidades nesse processo.

A primeira e mais fundamental direção para estudos futuros decorre da própria natureza do fenómeno em análise: a reintegração social é um processo de longo prazo, com múltiplas

fases e transições, cujos efeitos plenos só se manifestam ao longo do tempo. A presente investigação, devido às suas limitações temporais, ofereceu uma fotografia de um momento específico do conflito e da resposta humanitária, mas não pôde capturar as mudanças e os impactos que se desenrolam ao longo dos anos. Estudos longitudinais, que acompanhem as mesmas populações ou comunidades ao longo de um período de cinco a dez anos, são absolutamente necessários para compreender a dinâmica da reintegração em toda a sua complexidade. Estes estudos permitiriam identificar os fatores de resiliência e risco que influenciam o sucesso ou o fracasso da reintegração, avaliar a sustentabilidade das intervenções académicas e humanitárias, e capturar mudanças que só se manifestam no longo prazo, como a reconstrução das identidades, a restauração das redes sociais e a recuperação da dignidade. A ausência de estudos longitudinais é uma das principais limitações da literatura sobre reintegração de populações deslocadas a nível global, como argumentam Crisp e Long (2021), e esta lacuna é particularmente grave no contexto moçambicano, onde as intervenções são frequentemente avaliadas apenas com base em indicadores de curto prazo, como o número de pessoas assistidas ou a quantidade de bens distribuídos, sem uma análise aprofundada dos processos de mudança social. A realização de um estudo longitudinal que acompanhe uma coorte de famílias deslocadas, desde o seu reassentamento até à sua plena integração nas comunidades de acolhimento, ou até ao seu eventual retorno às áreas de origem, poderia fornecer um conhecimento inestimável sobre os mecanismos da reintegração e sobre os fatores que a facilitam ou a dificultam. Tal estudo deveria combinar métodos quantitativos, como inquéritos periódicos sobre as condições de vida e o bem-estar, com métodos qualitativos, como entrevistas em profundidade e observação etnográfica, de modo a captar tanto as mudanças objetivas como as experiências subjetivas das populações deslocadas. A realização deste tipo de estudo, no entanto, enfrenta desafios significativos, incluindo o elevado custo, a dificuldade de manter o contacto com as populações ao longo do tempo, e as questões éticas relacionadas com a investigação com populações vulneráveis. Estes desafios, no entanto, não são insuperáveis, e o valor do conhecimento produzido justifica o esforço necessário para os superar.

Uma segunda direção para estudos futuros, intimamente relacionada com a primeira, é a necessidade de investigação comparativa sobre a reintegração social em diferentes contextos. A presente investigação centrou-se num único caso, a província de Cabo Delgado, o que permitiu uma análise aprofundada e contextualizada, mas também limitou a capacidade de generalização dos resultados. Estudos comparativos que examinem o processo de reintegração

em diferentes regiões de Cabo Delgado, em diferentes províncias de Moçambique, ou em diferentes países africanos que enfrentam crises de deslocamento semelhantes, poderiam identificar fatores contextuais que influenciam o sucesso ou o fracasso da reintegração. Por exemplo, seria relevante comparar a reintegração de populações deslocadas em Cabo Delgado com a reintegração de populações deslocadas pela guerra civil em Moçambique, que ocorreu há três décadas, para compreender as semelhanças e diferenças nos processos de reintegração em diferentes momentos históricos e em diferentes contextos políticos e económicos. Da mesma forma, a comparação com outros países africanos que enfrentam crises de deslocamento, como a República Democrática do Congo, a Somália ou o Sudão do Sul, poderia iluminar as especificidades do caso moçambicano, ao mesmo tempo que identificaria padrões comuns na resposta à crise. Os estudos comparativos permitiriam também avaliar a eficácia de diferentes modalidades de intervenção, comparando, por exemplo, a abordagem da Universidade Lúrio, centrada na extensão comunitária, com a abordagem da Universidade Eduardo Mondlane, centrada na produção de conhecimento, e identificando as condições sob as quais cada abordagem é mais eficaz. Esta comparação poderia ser estendida para incluir intervenções de outras universidades moçambicanas, bem como intervenções de organizações da sociedade civil e de organizações internacionais, permitindo uma compreensão mais ampla do ecossistema da resposta à crise. A realização de estudos comparativos requer, no entanto, um esforço de coordenação entre diferentes equipas de investigação e diferentes instituições, o que constitui um desafio logístico e metodológico significativo, mas que pode ser superado através da criação de redes de investigação colaborativas.

Uma terceira direção para estudos futuros diz respeito ao aprofundamento da análise do "paradoxo da extração de conhecimento", um dos achados mais perturbadores e originais da presente investigação. Este estudo identificou o fenómeno, descreveu as suas manifestações e analisou as suas causas, mas não pôde explorar em profundidade as suas consequências a longo prazo para a relação entre a academia e as políticas públicas, nem as estratégias que poderiam ser utilizadas para o superar. Estudos futuros poderiam investigar, através de métodos qualitativos como entrevistas em profundidade com decisores políticos e com financiadores, os mecanismos que explicam por que as recomendações académicas são tão raramente incorporadas nas políticas. Estes estudos poderiam explorar as percepções dos decisores políticos sobre o conhecimento académico, as suas fontes de informação preferidas, e as barreiras que enfrentam na utilização da investigação. Poderiam também investigar as estratégias de comunicação que são mais eficazes para influenciar as políticas, comparando,

por exemplo, o impacto de relatórios técnicos com o impacto de briefings orais ou de resumos executivos. A compreensão destes mecanismos é essencial para desenhar estratégias eficazes de interface entre a academia e as políticas, e para superar o paradoxo da extração de conhecimento. Estudos futuros poderiam também investigar as experiências dos académicos que conseguiram influenciar as políticas, identificando os fatores que contribuíram para o seu sucesso e as estratégias que utilizaram. Estas "histórias de sucesso" poderiam fornecer lições valiosas para outros académicos e para as instituições que procuram aumentar o seu impacto político.

Uma quarta direção para estudos futuros decorre da constatação de que a presente investigação se centrou nos académicos e nas universidades como produtores de conhecimento, mas não examinou em profundidade as percepções das próprias populações deslocadas sobre a contribuição da academia. Embora as entrevistas tenham incluído alguns representantes da sociedade civil que trabalham com as comunidades, a voz das populações deslocadas permaneceu, em grande medida, ausente da análise. Estudos futuros deveriam centrar-se nas perceções das populações deslocadas sobre as intervenções académicas, investigando como elas avaliam a relevância, a eficácia e o impacto dessas intervenções. Tais estudos poderiam utilizar métodos participativos, como grupos focais, entrevistas comunitárias e pesquisas de satisfação, para captar a perspetiva dos beneficiários, que é frequentemente ignorada nas avaliações de projectos. A inclusão da voz das populações deslocadas na investigação sobre a reintegração não é apenas uma questão de justiça epistemológica, mas também uma condição para a produção de conhecimento que seja verdadeiramente relevante e que responda às necessidades das comunidades. As populações deslocadas não são recipientes passivos de intervenções; elas são agentes ativos que negociam, resistem e se adaptam às políticas e aos projetos que as afetam. Compreender as suas perspetivas é essencial para desenhar intervenções que sejam culturalmente sensíveis, socialmente aceitáveis e efectivas. Estudos futuros poderiam também investigar as dinâmicas de poder entre as universidades e as comunidades, analisando se as intervenções académicas reforçam ou desafiam as assimetrias de poder existentes. A extensão universitária, mesmo quando bem-intencionada, pode reproduzir relações de dependência e subordinação, se não for cuidadosamente desenhada para promover a participação e o empoderamento.

Uma quinta direção para estudos futuros diz respeito ao papel das universidades moçambicanas na promoção de uma paz positiva, que vai além da simples mitigação dos

efeitos imediatos do conflito. A presente investigação concluiu que a maioria das intervenções académicas opera no quadro da paz negativa, focando-se no alívio do sofrimento imediato, mas raramente abordando as causas estruturais do conflito. Estudos futuros deveriam investigar como as universidades podem contribuir para a transformação das estruturas de desigualdade que alimentam o conflito, através da sua função de produção de conhecimento crítico, da sua capacidade de formar profissionais com sensibilidade ética e política, e do seu papel na advocacia por mudanças políticas. Esta investigação poderia explorar o potencial das universidades para se envolverem em processos de mediação e diálogo entre as partes em conflito, aproveitando a sua autonomia e o seu capital de legitimidade para facilitar a comunicação e a negociação. Poderia também investigar como as universidades podem contribuir para a desconstrução das narrativas identitárias que alimentam a violência, promovendo uma cidadania inclusiva baseada em direitos e não em pertenças étnicas ou religiosas, como defendido por Mamdani (2019). Este é um papel mais arriscado para a academia, pois envolve um engajamento político direto que pode gerar resistência e hostilidade. No entanto, como argumenta Mamdani, é precisamente este o papel de uma universidade verdadeiramente comprometida com a justiça social e com a construção de uma paz duradoura. Estudos futuros poderiam investigar as experiências de universidades em outros contextos africanos que assumiram este papel, analisando os fatores que contribuíram para o seu sucesso ou fracasso, e identificando as lições que podem ser aplicadas ao caso moçambicano.

Uma sexta direção para estudos futuros decorre da necessidade de investigar o impacto das intervenções académicas sobre as políticas públicas, não apenas em termos de influência direta na formulação de políticas, mas também em termos de contribuição para a criação de uma cultura política mais informada e baseada em evidências. A influência da academia não se limita à participação em grupos de trabalho ou à elaboração de relatórios; ela pode também manifestar-se na formação da opinião pública, na criação de uma consciência crítica sobre o conflito, e na promoção de um debate público mais informado e menos polarizado. Estudos futuros poderiam investigar como os académicos moçambicanos têm contribuído para o debate público sobre o conflito em Cabo Delgado, através de artigos de opinião, programas de rádio e televisão, e intervenções nas redes sociais. Poderiam também investigar como o conhecimento académico é percebido e utilizado pela sociedade civil e pelos movimentos sociais, e como estas organizações se relacionam com as universidades na sua luta por justiça social e direitos humanos. A investigação sobre o impacto da academia na esfera pública é

fundamental para compreender o seu papel como agente de transformação social, para além da sua função mais tradicional de produção de conhecimento e formação de recursos humanos.

Uma sétima direção para estudos futuros diz respeito à necessidade de investigar as estratégias de comunicação dos académicos e a sua eficácia na influência das políticas. A presente investigação identificou o desfasamento entre os formatos de comunicação académica e as necessidades dos decisores políticos como uma das barreiras à articulação entre academia e políticas. Estudos futuros poderiam investigar em profundidade as práticas de comunicação dos académicos moçambicanos, analisando os canais que utilizam, os formatos que privilegiam e as audiências que visam. Esta investigação poderia identificar as boas práticas de comunicação que têm sido eficazes em influenciar as políticas, e poderia desenvolver recomendações para melhorar a comunicação académica. A investigação sobre comunicação académica é um campo emergente, mas é crucial para a eficácia da academia como ator político e social. A produção de conhecimento é apenas o primeiro passo; a comunicação eficaz desse conhecimento é o passo seguinte, sem o qual o conhecimento permanece confinado aos circuitos académicos, sem impacto na sociedade.

Uma oitava direção para estudos futuros decorre da necessidade de investigar o papel das universidades moçambicanas na construção de uma paz duradoura não apenas em Cabo Delgado, mas em todo o país. Moçambique é um país com uma história de conflitos e crises, desde a guerra de independência até à guerra civil e aos conflitos pós-eleitorais. A capacidade das universidades para responder a estas crises e para contribuir para a construção da paz é uma questão de importância nacional. Estudos futuros poderiam investigar o papel das universidades moçambicanas na construção da paz ao longo da história do país, analisando as suas contribuições em diferentes momentos e avaliando o seu impacto. Esta análise histórica poderia identificar padrões e tendências, e poderia fornecer lições para o futuro. Poderiam também investigar o papel das universidades na prevenção de conflitos, através da promoção da educação para a paz, do diálogo interétnico e da construção de uma cidadania inclusiva.

Uma nona direção para estudos futuros, que emerge diretamente das limitações da presente investigação, é a necessidade de uma análise mais aprofundada do papel das organizações internacionais na relação entre a academia e as políticas públicas. A presente investigação identificou as organizações internacionais como atores-chave, mas não examinou em profundidade as suas estratégias, os seus interesses e o seu impacto na produção e utilização

do conhecimento académico. Estudos futuros poderiam investigar como as organizações internacionais definem as agendas de investigação, como selecionam os académicos e as instituições com quem trabalham, e como utilizam (ou não utilizam) o conhecimento académico na formulação das suas próprias políticas e intervenções. Esta investigação poderia revelar as dinâmicas de poder que estruturam a relação entre as organizações internacionais e a academia moçambicana, e poderia identificar estratégias para promover uma relação mais equitativa e produtiva. A análise do papel das organizações internacionais é fundamental para compreender o ecossistema da resposta à crise e para identificar os pontos de intervenção que podem levar a uma maior eficácia e a uma maior justiça.

Uma décima direção para estudos futuros diz respeito à necessidade de investigar o papel das novas tecnologias e das redes sociais na reintegração social e na comunicação entre académicos e comunidades. As novas tecnologias oferecem oportunidades para facilitar a comunicação, a partilha de informação e a participação comunitária, mas também apresentam desafios, como a exclusão digital e a disseminação de desinformação. Estudos futuros poderiam investigar como as tecnologias digitais podem ser utilizadas para apoiar a reintegração social, através, por exemplo, de plataformas online de partilha de informação, aplicações móveis para acesso a serviços, ou redes sociais para o diálogo comunitário. Poderiam também investigar como as universidades podem utilizar as tecnologias digitais para melhorar a sua comunicação com as comunidades e com os decisores políticos, e para promover o diálogo e a participação. A investigação sobre o papel das tecnologias digitais na reintegração é um campo emergente, mas com um enorme potencial para transformar a forma como a resposta à crise é planeada e implementada.

Por fim, uma décima primeira direção para estudos futuros, e talvez a mais abrangente, é a necessidade de uma investigação que integre as diferentes perspetivas e abordagens aqui sugeridas, numa análise multidimensional e multidisciplinar da reintegração social e do papel da academia. A reintegração social é um fenómeno complexo, que não pode ser compreendido a partir de uma única perspetiva disciplinar ou metodológica. É necessário um esforço de investigação colaborativa, que reúna sociólogos, antropólogos, cientistas políticos, economistas, psicólogos, educadores e outros especialistas, para analisar o fenómeno em toda a sua complexidade. Esta investigação integrada permitiria uma compreensão mais profunda das interações entre as diferentes dimensões da reintegração, e permitiria identificar as sinergias e os trade-offs entre diferentes tipos de intervenção. A realização de uma

investigação integrada, no entanto, enfrenta desafios significativos, incluindo a necessidade de financiamento adequado, a dificuldade de coordenação entre diferentes disciplinas, e a necessidade de desenvolver metodologias que integrem diferentes tipos de dados e de análises. Estes desafios, no entanto, são superáveis, e o valor do conhecimento produzido justifica o esforço necessário para os superar. A construção de uma compreensão abrangente e integrada da reintegração social em Moçambique é um projeto de longo prazo, mas é um projeto essencial para a construção de uma paz duradoura e inclusiva.

9 BIBLIOGRAFIA

ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados. (2022). *Relatório sobre deslocamentos internos em Moçambique*. ACNUR.

Bardin, L. (2016). *Análise de conteúdo* (L. A. Reto & A. Pinheiro, Trads.). Edições 70. (Obra original publicada em 1977)

Barros, H. (2025). *Impactos sociais do deslocamento interno em Cabo Delgado: Um estudo das cidades receptoras* [Tese de doutoramento, Universidade Eduardo Mondlane].

Bourdieu, P. (1986). The forms of capital. In J. Richardson (Ed.), *Handbook of theory and research for the sociology of education* (pp. 241-258). Greenwood Press.

Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology, 3*(2), 77-101.

Caetano, O., Lucas, H., & Muquingue, J. (2022). *Integração socioeconómica das vítimas do terrorismo deslocadas em Cabo Delgado*. Universidade Católica de Moçambique.

Crisp, J., & Long, K. (2021). *Refugee return and reintegration: Comparative lessons from Africa*. Refugee Studies Centre.

Denzin, N. K., & Lincoln, Y. S. (2006). *The SAGE handbook of qualitative research* (3rd ed.). SAGE Publications.

Durkheim, É. (2002). *O suicídio: Estudo sociológico* (M. L. S. Borges, Trad.). Editora Martin Claret. (Obra original publicada em 1897)

Flick, U. (2009). *An introduction to qualitative research* (4th ed.). SAGE Publications.

Galtung, J. (1969). Violence, peace, and peace research. *Journal of Peace Research, 6*(3), 167-191.

Galtung, J. (1998). *Peace by peaceful means: Peace and conflict, development and civilization*. International Peace Research Institute; SAGE Publications.

Giddens, A. (1991). *Modernity and self-identity: Self and society in the late modern age*. Polity Press.

Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social* (6ª ed.). Atlas.

Glaser, B. G., & Strauss, A. L. (1967). *The discovery of grounded theory: Strategies for qualitative research*. Aldine Publishing Company.

Hammond, L. (2014). History, overview, trends and issues in refugee return and reintegration. *Forced Migration Review, 46*, 22-24.

Henriques, H. (2025). *Convivência entre deslocados e residentes em Pemba: Percepções e desafios sociais*. Centro de Estudos Africanos, Universidade Eduardo Mondlane.

Instituto Nacional de Estatística. (2020). *Indicadores de pobreza e desenvolvimento humano em Cabo Delgado*. INE.

IOM – Organização Internacional para as Migrações. (2023). *Estratégias de reintegração sustentável em contextos de deslocamento*. IOM.

Macamo, E. (2006). O papel da ciência social africana no desenvolvimento. *Revista de Ciências Sociais, 7*(2), 45-61.

Mamdani, M. (2019). *Neither settler nor native: The making and unmaking of permanent minorities*. Harvard University Press.

Manzini, E. J. (2004). Entrevista semiestruturada: Análise de objectivos e de roteiros. In *Seminário Internacional sobre Pesquisa e Estudos Qualitativos* (Vol. 2, pp. 1-10). UNESP.

Newman, J. H. (1996). *The idea of a university*. Yale University Press. (Obra original publicada em 1852)

Njelezi, A. (2023). *Análise da insurgência em Cabo Delgado e os desafios da segurança nacional*. Academia Militar Samora Machel.

OCHA – Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários. (2024). *Moçambique: Relatório da situação humanitária – Cabo Delgado*. OCHA.

Ortega y Gasset, J. (2005). *Missão da universidade e outros ensaios sobre educação*. Editora Universidade de Brasília. (Obra original publicada em 1930)

Patatas, T., & Veremu, M. (2021). Extensão universitária e desenvolvimento comunitário: O papel das IES em Angola e Moçambique. *Revista Brasileira de Extensão Universitária, 12*(2), 75-89.

Patton, M. Q. (2015). *Qualitative research & evaluation methods: Integrating theory and practice* (4th ed.). SAGE Publications.

Pereira, J. (2020). Políticas de segurança e reintegração social: O caso de Cabo Delgado. *Revista de Estudos Políticos, 15*(4), 78-92.

Putnam, R. D. (2000). *Bowling alone: The collapse and revival of American community*. Simon & Schuster.

Summerfield, D. (1999). A critique of seven assumptions behind psychological trauma programmes in war-affected areas. *Social Science & Medicine, 48*(10), 1449-1462.

Uni Lúrio – Universidade Lúrio. (2023). *Relatório Institucional e Plano Estratégico 2023-2027*. Universidade Lúrio.

Uni Lúrio – Universidade Lúrio. (2023). *Relatório Institucional de Extensão Universitária: 2017-2022*. Gabinete de Extensão Universitária da UniLúrio.

Uni Rovuma – Universidade Rovuma. (2024). *Relatório de actividades e plano estratégico 2019-2024*. UniRovuma.

Universidade Eduardo Mondlane. (2024). *Relatório de actividades 2023-2024*. UEM.

Yin, R. K. (2018). *Case study research and applications: Design and methods* (6th ed.). SAGE Publications.

Zeleza, P. T. (2016). The role of universities in nation-building in post-colonial Africa: Historical and contemporary perspectives. *Journal of Higher Education in Africa, 14*(1), 21-41.

Zetter, R. (2019). Reconceptualizing the refugee experience: Resettlement, self-reliance and durable solutions. *Refugee Survey Quarterly, 38*(3), 1-20.